



VIVA O COMUNISMO!

N.6 AGOSTO 1972

página 2 "A ESQUERDA DE CUNHAL" TODOS OS GATOS SÃO PARDOS (conclusão)
-4ª Parte: A situação actual — as grandes tendências e a clarificação de posições

10 de Agosto 1972
10 de Agosto 1972
10 de Agosto 1972

Journal teórico dos Comités Comunistas Revolucionários
Marxistas-Leninistas

«À esquerda do Cunhal» todos os gatos são pardos (conclusão)

4ª Parte: A situação actual — as grandes tendências e a clarificação de posições

E, por fim, chegamos à última parte destes nossos artigos, à actual situação da "esquerda de Cunhal". Já não é sem tempo. A movimentação política a que assistimos hoje tem aspectos demasiados perigosos para que a sua desmistificação se possa atrezar mais.

A linha geral que a nossa análise tem seguido não é complexa. A chave para a compreensão da FAP-CMLP consiste em ver nela a representante da segunda fase de um ciclo da "política de unidade" em que o proletariado atingira já um elevado grau de concentração. Deste modo, a revolta operária contra a quebra da aliança pela burguesia liberal caracterizou-se por uma violência e uma duração até então desconhecidas que colocaram a questão da luta armada no primeiro plano das preocupações políticas da vanguarda proletária. Mas essa revolta violenta processava-se ainda dentro do campo ideológico produzido pela burguesia liberal, sendo incapaz de seguir uma linha política que garantisse ao proletariado uma acção independente, e por isso estava de antemão condenada ao fracasso. Esta derrota marcou o fim do último ciclo da antiga "política de unidade". Encerrado este ciclo, o proletariado revolucionário entrou em refluxo e, deste modo, a luta armada deixou de ser a tendência dominante da sua vanguarda. Assim, as organizações que continuaram a proclamar o desencadear imediato da luta armada isolaram-se da vanguarda operária. Formalmente, podem parecer os continuadores da FAP-CMLP, mas não o são, porque a FAP-CMLP exprime uma tendência viva da vanguarda operária e estas organizações, isoladas da vanguarda, entraram numa degenerescência ideológica que teve por consequência a alteração da sua base social e a degradação

da sua actividade prática. Foi isto que sucedeu com o CMLP a partir de 1966, e com as organizações em que se veio a dividir, na altura da II conferência: CMLP e "O Comunista". Cada uma delas assenta numa base social distinta, que já analisámos, mas caracterizam-se ambas por se apoiarem em camadas sociais típicas da emigração, ou particularmente bem representadas na emigração. Por isso se cortaram do movimento político do interior, e se separaram da classe operária em Portugal. A partir daqui, o movimento "à esquerda" do Cunhal, irá prosseguir, no interior, independentemente das organizações a que a degenerescência da FAP-CMLP deu lugar.

É sobre este terreno de base que se argue o objecto deste nosso último artigo. Organizações restritas ao exterior, e ligadas a uma, ou outra, camada social típica na emigração: Organizações surgidas no interior em completo corte com os degradados herdeiros das potencialidades negativas da FAP-CMLP. Um movimento operário atravessando um dos seus mais graves refluxos políticos, mas produzida lá no campo teórico a crítica à política revisionista de aliança com a burguesia liberal, pela demonstração da luta de classes no seio da "política de unidade" e pela afirmação da aliança operária-camponesa como condição de uma política operária independente — e foi esse o enorme mérito da FAP-CMLP. A evolução do capitalismo português irá permitir a aplicação prática desta crítica teórica, ao estabelecer institucionalmente, no "marxismo", a aliança da social-democracia com os governantes, destruindo assim na própria base a "política de unidade" e condenando os dirigentes cunhalistas a erratarem-se na cauda da profissão social-democrata em busca de uma aliança que os orientará cada

vez mais para a direita, fadados a girarem na órbita da política marcelista. No novo terreno político assim definido, como evoluirá a "esquerda de Cunhal"? A que reagrupamentos ou a que separações iremos assistir? Em suma, como se definirão as grandes tendências? Como se clarificarão as posições?

FORMAS ORGANIZACIONAIS E POSIÇÃO DE CLASSE

Depois da II conferência do CMLP e dos acontecimentos com ela ligados institucionalizarem a separação entre os restos degenerados da FAP-CMLP e o movimento revolucionário no interior, diversas organizações surgem, "à esquerda de Cunhal", no panorama político do nosso país. Não se trata já de fazer História, mas de olhar em redor, o que qualquer leitor pode fazer, para nos apercebermos de quais as organizações existentes, o que significam essas diversas organizações, quais os interesses de classe que verdadeiramente defendem, quais as ideologias a que, explícita ou implicitamente, de forma mais ou menos clara, se referem?

Uma organização é um veículo entre ^{determinada} uma ideologia e um dado movimento, ou seja, destina-se a conduzir, ou tentar conduzir, um movimento segundo uma ideologia. Podemos, pois, tentar definir uma organização através da ideologia que elabora e através da análise que faz do movimento real e do modo como o procura conduzir. Não é, no nosso caso, o melhor caminho. Todas estas organizações são de uma avareza ideológica que lembra a do afamado c. conselheiro Gama Torres, e a ideologia que as domina aparece geralmente implícita e não sistematizada. Por isso, as tendências ideológicas a que cada uma destas organizações se refere só podem ser sistematizadas por nós numa leitura crítica dessas organizações, o que pressupõe a prévia determinação da posição política fundamental das organizações em jogo, quer dizer, exige-se na análise um passo prévio. Esse passo consiste na abordagem destas organizações pelo único ponto nelas imediatamente explícito, porque identificado com a sua própria existência, ou seja, a forma como se organizam, a sua concepção de organização. Como veículo entre uma dada ideologia e uma dada prática política, a organização assumirá uma ou outra forma consoante a ideologia que defende e a prática política que quer prosseguir. A forma da organização é determinada pela relação que se pretende estabelecer entre uma ideologia e um movimento real. Por isso, a análise da concepção de organização revela o tipo de ideologia que a determina e a prática política a que se destina, revela os interesses de classe de que é instrumento. Será este o método que seguiremos na determinação do verdadeiro carácter das várias organizações nesses contextos: começaremos por definir a sua posição de classe no único ponto imediatamente explícito, a concepção de organização. Em seguida, analisaremos qual a posição dessa classe no movimento real, isto é, qual a relação dessa classe e das suas posições políticas com as posições das outras classes e com o aparelho de Estado. Poderemos então estabelecido claramente o esquema dos interesses dessa classe, sistematizar, através da nossa leitura crítica dos textos dessas diversas organizações, a ideologia que nelas aparece não sistematizada ou meramente implícita.

Do leque de organizações que, desde 1968, surgiu em Portugal proclamando-se "à esquerda de Cunhal", começaremos a nossa análise por aquela que mais claramente exprimiu as suas concepções organizacionais, até porque, sendo a primeira a aparecer, foi forçada pelo decorrer do tempo a clarificar a forma como se pretende organizar.

A EDE-MRPP (Nota 1)

"Nos meios populares da oposição, este núcleo era designado pelo 'Grupo dos Bocharéis' e distinguiu-se dos demais pelo receto de que o mundo acabasse antes da sua chegada ao Poder."

José SILVA, Memórias de um operário, Porto 1971, vol. II, p. 180.

O programa organizacional da EDE-MRPP prevê, numa primeira fase, a constituição de plataformas unitárias que englobariam ao mesmo nível tanto a classe operária como outras classes. Numa segunda fase, surgiria destas plataformas o "partido do proletariado" (Nota 2). Como a EDE-MRPP é por demais fértil em habilidades verbais e estilísticas com que pretende disfarçar as suas verdadeiras concepções organizacionais sob o véu tranquilizante da "ortodoxia", temos de obrigar o leitor a uma digressão, o mais rápida possível, por algumas das suas publicações. Foi em Janeiro de 1970 que pela primeira vez a EDE definiu sistematizadamente as suas perspectivas organizacionais e as grandes etapas que a organização haveria de atravessar. "A constituição de uma vanguarda revolucionária (...) é trabalho urgente mas lento, para o qual iremos participar, no seio da juventude, juntamente com todas as organizações, grupos e pessoas da extrema esquerda (...). Como?

"a) Constituindo plataformas de acção revolucionária ou estimulando a sua formação, respectivamente no seio da juventude estudantil, militar, intelectual, empregada, camponesa e operária. (...)

"b) Enraizando essas organizações unitárias nos respectivos grupos sociais, por forma a, ideológica e politicamente, se imporem como vanguardas. (...)

"c) Coordenando a acção dos vários núcleos (...)" (Nota 3).

Esta seria a primeira etapa. Como resultaria dela a segunda etapa? "É da acção conjunta, da progressiva coordenação da luta das várias vanguardas, da interacção resultante do balanço do conjunto das vitórias e derrotas, que se forjará, solidificando na prática, um forte Movimento de Juventude Revolucionária, liderado pela juventude trabalhadora. Movimento que será um passo decisivo na constituição duma nova vanguarda operária..." (Nota 4).

Trata-se, conseqüentemente, de constituir numa primeira fase plataformas unitárias, que o são quer por que englobam várias organizações, grupos e personalidades, como porque abarcam diferentes classes. A EDE-MRPP não projecta, pois, uma organização que vise in

tegrar os seus membros em função de uma dada ideologia, claramente definida e que se toma como o critério de referência máxima da organização. Trata-se, sim, do agrupamento de várias classes, ou melhor, de diversas vanguardas de várias classes, o qual aparece como uma finalidade em si. Este facto é extremamente importante. A EDE-MRPP não define a "vanguarda revolucionária" que se propõe constituir em função de uma teoria revolucionária precisa, mas como a soma, o conglomerado, das vanguardas de cada um dos grupos sociais. Mas, sendo assim, se não são determinadas em função de uma dada ideologia, quer dizer, em função dos interesses de uma classe muito precisa, qual o verdadeiro significado de cada uma destas vanguardas: serão o de pretendem representar os interesses classistas de cada um dos grupos sociais a que pertencem? As juventudes estudantil e militar, a que a EDE-MRPP se refere, não constituem grupos sociais de base, mas sim dois resultados do encontro físico de elementos oriundos de classes sociais distintas, e que, colocados face a problemas novos, reagirão em parte de forma idêntica, em questões não fundamentais, e reagirão diferentemente, segundo os seus interesses de classe respectivos, nas questões determinantes; por isso, nestes dois casos, a noção de vanguarda necessitaria uma maior especificação, coisa de que a EDE-MRPP nem se quer se apercebe. Das razões desta miopia congénita e incurável, ocupar-nos-emos mais à frente quanto à questão militar; o problema especificamente estudantil sai fora do âmbito destes artigos. Quanto aos intelectuais, aos empregados e aos camponeses (no sentido restrito), eles constituem sectores específicos de uma classe social que é a pequena-burguesia. Os camponeses pertencem àquele sector da pequena-burguesia anterior ao modo de produção capitalista. (Referimo-nos aos camponeses isolados, que nem em pregam assalariados nem se empregam a si como assalariados; só a estes a palavra se aplica com toda a propriedade). Os intelectuais integram-se hoje no outro sector da pequena-burguesia, produzido pelo capitalismo, tal como os empregados, sob a designação genérica de "serviços", mas em camadas diferentes e, portanto, com interesses particulares diferentes também. Não definindo a vanguarda revolucionária em função da teoria política marxista e, portanto, em função dos interesses de classe próprios do proletariado, a EDE-MRPP não faz mais do que propor, como primeira fase do seu programa organizacional, uma plataforma que agrupe, junto com a vanguarda operária, isto é, com os melhores representantes dos interesses do proletariado, as vanguardas de várias camadas pequeno-burguesas, ou seja, os mais lúcidos representantes dos interesses de cada uma dessas camadas. Ora, antes de mais, a vanguarda operária nunca poderia, nessa fase inicial, manter a hegemonia no processo de luta, precisamente porque estava desprovida de uma organização própria independente, única arma que lhe pode assegurar essa hegemonia. Uma política operária independente só pode ser prosseguida com base numa teoria capaz de analisar a realidade social de forma que mostre à classe operária a posição que realmente ocupa na luta das classes. Essa teoria é o marxismo, o socialismo científico. Produzido no exterior da classe operária o socialismo científico é levado para a vanguarda operária por um certo número de portadores da teoria comunista, saídos das camadas intelectuais e transformados em re-

volucionários de profissão. É esta a primeira fase de um programa organizacional comunista: a ligação do socialismo científico com a vanguarda operária. Só organizada desde o início, desde o primeiro passo, em absoluta independência das outras classes e grupos sociais, e tendo por base a teoria marxista pode a classe operária conduzir o movimento revolucionário. Se uma dada plataforma integra, juntamente com a classe operária, sectores da pequena-burguesia, e se a vanguarda do operariado não está, nessa plataforma, provida com uma organização que lhe assegure a independência, e a iniciativa política, então é evidente que a pequena-burguesia, a quem o Estado capitalista concede um estatuto privilegiado, relativamente à classe operária, de movimentação e actividade política, dominará todo o processo. Assim, sendo a segunda fase do programa da EDE-MRPP um resultado da primeira fase, e não podendo o proletariado manter a sua hegemonia nessa primeira fase, todo o processo evolui segundo a condução da pequena-burguesia. Na sua expressão mais simples, o programa da EDE-MRPP resume-se a esta contradição aborrecida criação do "partido do proletariado" resultaria de um processo que o proletariado não pode, de facto conduzir, por estar desprovido da sua organização própria. O que a EDE-MRPP propõe é na realidade, um "partido do proletariado" criado sob a direcção da pequena-burguesia. Por isso, tal partido só seria "do proletariado" no sentido de que viria a integrar certos sectores operários, e de modo nenhum porque exprimissem a linha que garante a independência política da classe operária, isto é, a linha comunista. O partido criado na segunda fase do programa da EDE-MRPP, baptizem-no como quiserem, mas ele só poderá exprimir a orientação que o processo seguiu desde o seu início, e essa orientação foi-lhe dada pela pequena-burguesia.

Esta concepção de organização aparece mais claramente ainda no momento preciso em que a EDE-MRPP parece furtar-se a ela. Por isso, é aí que a contradição assume a sua forma mais desenvolvida. E, muito curiosamente, é num documento interno que a direcção da EDE-MRPP vai tentar produzir a melhor cobertura demagógica das suas posições organizacionais, o que revela a oposição com que se teria deparado por parte de um certo número de militantes de tendência mais revolucionária. Depois de referir a primeira fase do seu projecto organizacional, explica: "Não se trata, conforme alguma leitura apressada das nossas posições possa levar a supor, duma Frente inter-classista e pluri-ideológica". Ah!, a nossa leitura foi, então, apressada... Ou talvez fosse apressada a redacção da EDE-MRPP... Mas agora, prevenidos, vamos, uns e outros, escrever e ler sem pressas demasiadas: "Trata-se duma Frente no sentido material do termo: agrupar em torno da organização marxista-leninista da classe revolucionária (o operariado, neste caso a juventude operária), as organizações ideologicamente afins, as organizações comprometidas com a estratégia do operariado, mas recrutadas nos sectores revolucionários dos estratos não proletários: estudantes, militares revolucionários, camponeses pobres, certos sectores da pequena-burguesia." (5). E, não apressadamente, o que lemos? Que a EDE-MRPP pretende construir, numa primeira etapa, uma plataforma que agrupe juntamente com a vanguarda operária elementos de diversas camadas

da pequena-burguesia. É esta a realidade, e nada muda chamar-lhe por outros termos. Que pode significar o agrupamento de organizações pequeno-burguesas "em torno" da organização operária, quando esta não tem garantida a sua independência e autonomia, senão a condução de todo o processo pela pequena-burguesia, o agrupamento de elementos operários sob organizações pequeno-burguesas? E o que são organizações pequeno-burguesas "ideologicamente afins" da organização operária? O socialismo científico, a teoria comunista de Marx-Engels e de Lenine, está numa situação de corte radical para com as ideologias políticas e sociais que a precederam ou dela contemporâneas, produto da burguesia, da pequena-burguesia, da aristocracia, ou de outras classes reaccionárias. A única "afinidade" que entre uma e outras pode existir é uma afinidade verbal, formal, em que as ideologias reaccionárias procuram exprimir com termos retirados do marxismo as suas ideias reaccionárias. É precisamente esta baixa demagogia que os dirigentes da EDE-MRPP consagram como uma "afinidade ideológica", o que lhes permitirá apresentar como defensoras dos interesses operários posições que, na realidade, defendem muito simplesmente os interesses particulares da pequena-burguesia.

Aliás, o carácter pluri-organizacional e pluri-classista da organização que a EDE-MRPP pretende levar a cabo é repetidamente afirmado. "A tarefa básica que, segundo nós, se põe às correntes que a vários títulos se reclamam de posições revolucionárias é juntarem os seus esforços numa Frente de Acção Revolucionária, num movimento que permita a aglutinação e confronto de posições teóricas(...)"
...união dos núcleos revolucionários dos vários grupos de explorados num movimento de unidade revolucionária(...)
...a tarefa prioritária põe-se na coordenação dos esforços das várias tendências políticas e no seu enraizamento verdadeiro no seio dos grupos explorados (...).
...organizar as vanguardas dos estratos revolucionários numa frente onde coordenem os esforços..." (6). Pois não se formula aqui, num texto mais ou menos contemporâneo do documento interno que acima citámos, e com a maior clareza, que esta plataforma agrupa correntes que se pretendem revolucionárias "a vários títulos", ou seja, correntes ideologicamente distintas? Não é essa diversidade ideológica bem sublinhada quando se fala do "confronto de posições teóricas"? Não é claro tratar-se de uma plataforma pluri-organizacional, pois que engloba "várias tendências" e "núcleos"? Não está bem expresso o carácter pluri-classista de tal plataforma, ao frizar-se que ela organiza as vanguardas de diversos estratos sociais?

Nesta plataforma se diluem os interesses políticos da classe operária na orquestração dos interesses dos diversos sectores e camadas pequeno-burgueses.

Só há duas vias. Ou os portadores da teoria comunista se ligam aos elementos operários de vanguarda e radicam a teoria comunista na vanguarda operária, criando assim um partido operário independente e autónomo, sobre a única base teórica que pode assegurar essa independência da linha política. É a via que conduz à sociedade comunista, à extinção do Estado e ao desaparecimento das classes. Ou os operários são organizados, sem partido autónomo e, portanto, sem qualquer garantia de independência política, numa plataforma que agrupa certas classes, as quais mantêm sob o capitalismo um estatuto de privilégio relativamente ao proletariado e, por isso mesmo o podem subordinar aos seus interesses particulares. É a via que con-

duz à castração da classe revolucionária, ao reforço da pequena-burguesia e, por aí, à perpetuação do domínio da burguesia. A via da contra-revolução. Não há outra. E, por muito que pese aos camaleónicos dirigentes da EDE-MRPP, não há qualquer "afinidade ideológica" entre ambas. Tudo o que há são tentativas desesperadas da pequena-burguesia para fazer passar por "revolucionária" e "proletária" a defesa mesquinha dos seus interesses particulares. A classe operária não hipoteca a sua independência política sob a promessa de futuros "partidos proletários". Os comunistas conduzem a luta desde o seu primeiro passo, para a organização da vanguarda operária, autónoma e independentemente, num partido comunista revolucionário, ou então a luta será, desde o primeiro passo também subordinada aos interesses da burguesia ou da pequena-burguesia.

É curioso ainda notar que, desde a sua conversão em MRPP, a EDE-MRPP tem sido o menos explícita possível sobre as suas concepções organizacionais, precisamente no momento em que seria lógico esperar que, dando um passo pretendido "novo", expressasse clara e sistematizadamente o seu projecto organizacional. Mas foi o contrário que aconteceu. Enquanto assinava EDE, multiplicavam-se os textos programáticos e o movimento que se propunham construir aparecia claramente definido nos seus aspectos pluri-classistas e pluri-organizacionais. Era a altura em que se destinavam a uma audiência integralmente pequeno-burguesa e em que, portanto, a explicitação clara dos seus objectivos organizacionais era uma necessidade para o crescimento da EDE, que procurava então mostrar-se como defensora autêntica de interesses de classe da pequena-burguesia. Mas quando já com uma base pequeno-burguesa suficientemente forte para assegurar o seu controlo na organização, começa a procurar audiência em certos sectores do operariado sob a nova sigla de MRPP, é obrigada a empregar um verbalismo diferente. Ninguém pode conquistar o operariado acenando-lhe como promessa a negação da sua autonomia organizacional e da sua independência política. E por isso o MRPP prefere silenciar esta questão. A questão da organização é fundamental no movimento comunista, nela se consubstancia a possibilidade de os comunistas organizarem em seu torno a vanguarda operária e conduzirem assim as massas proletárias segundo uma política comunista. Calar esta questão fundamental é abrir as portas de par em par à pior demagogia. Assim faz o MRPP. A proliferação dos longos textos programáticos de carácter teórico, ou pretendidamente teórico dá lugar a folhas diversas e pequenos jornais de carácter mais ou menos informativo, em que sob um radicalismo de linguagem se pretende esconder a falta de explicitação das perspectivas organizacionais. E quando, por vezes, parecem descrever um programa de organização, este não passa de afirmações gerais e estereotipadas, que tomam por demonstração quando, na verdade, eram elas que era necessário demonstrar. A afirmação explícita e repetida de um programa organizacional futuro (fase EDE), sucede-se o silêncio sobre os projectos organizacionais, que pretende camuflar a aplicação prática efectiva, no presente,

desse mesmo programa (fase MRPP).

A mesma tendência que nega a necessidade da organização prévia da classe operária para que esta mantenha a hegemonia em todo o processo de luta, exprime-se agora, na actuação prática, pela tentativa de desencadear um trabalho de massas sem ser por meio da vanguarda operária organizada. Só a organização da vanguarda operária sobre a base do socialismo científico permite a condução das lutas segundo uma política proletária independente. Pretender desenvolver um trabalho de massas sem que a vanguarda esteja organizada autonomamente e, portanto, sem que o proletariado comunista possa dirigir esse trabalho, é por isso mesmo, entregá-lo à condução da pequena-burguesia. Nas circunstâncias actuais, a primeira tarefa dos comunistas portugueses é a organização da vanguarda proletária numa base comunista revolucionária, e não o desencadear de lutas de massas. As lutas de massas só podem ser conduzidas pela vanguarda operária organizada autonomamente sobre a base da teoria comunista. Isso não se deve nem a um pretensioso "sectarismo", nem a uma "incapacidade" para conduzir movimentos de massas, nem a uma falta de "prestígio", obsessão máxima dos dirigentes → nada oportunistas!... → da EDE-MRPP. É precisamente porque queremos desencadear lutas de massas cada vez mais vastas e mais amplas, cada vez mais fortes, que, numa primeira etapa, todos os nossos esforços incidem na vanguarda da classe operária, porque sabemos que essa é a condição para que as lutas de massas possam ser dirigidas segundo os interesses da classe proletária. Mas pretender desenvolver um trabalho de massas quando se subordina organizacionalmente o proletariado à pequena-burguesia, como o faz a EDE-MRPP, é canalizar todas essas lutas para o reforço das posições pequeno-burguesas e, daí, para a reprodução do modo de produção capitalista. Independentemente do verbalismo de que se acompanha, é este o verdadeiro significado do velho programa e da presente actividade da EDE-MRPP.

A análise das concepções organizacionais da EDE-MRPP mostrou-nos, portanto, que elas têm como consequência a subordinação dos elementos operários à condução da pequena-burguesia, segundo os interesses desta e para os fins políticos por esta prosseguidos. A EDE-MRPP é uma organização que defende os interesses da pequena burguesia.

Não poderemos ir mais longe enquanto a nossa análise incidir exclusivamente sobre os projectos organizacionais. A forma de uma organização revela-nos a classe cujos interesses ela defende, mas só poderemos saber quais são concretamente esses interesses se analisarmos a posição relativa dessa classe em função de todas as outras classes e do aparelho de Estado. Até agora, determinámos a classe em questão — a pequena-burguesia. A análise das relações entre a pequena-burguesia e as outras classes no actual panorama político português, definindo os interesses específicos particulares da pequena-burguesia, permitir-nos-á uma leitura crítica das publicações da EDE-MRPP, que mostre como essa organização prossegue a nível ideológico a defesa dos interesses daquela mesma classe que servia a nível organizacional. É o que faremos nas duas partes seguintes deste artigo.

"MARCELISMO", "LIBERALIZAÇÃO" E PEQUENA-BURGUESIA

A evolução da situação económica portuguesa alterou o esquema geral em que a luta de classes se processava desde o post-guerra. Se os germens desta transformação se continham no próprio crescimento do capitalismo português e se os seus efeitos se fizeram já sentir nos últimos tempos do governo de Salazar, só recentemente se revelou com uma fisionomia política bem definida. A essa fisionomia se chama comumente "marcelismo".

Desde o primeiro número deste jornal que definimos claramente o "marcelismo":

A evolução da grande indústria capitalista portuguesa agrava, por um lado, as suas contradições com os proprietários rurais e outros sectores económicos atrasados, com os quais, no entanto, de forma alguma pode romper, sob pena de perder os instrumentos de contenção ideológica e repressiva sobre a grande massa dos trabalhadores.

Por outro lado, a indústria capitalista assenta sobre a separação entre a força-de-trabalho e o meio de trabalho, ou seja, entre o operário e o maquinismo; essa separação reproduz-se no campo ideológico pela cisão entre a execução prática (do operário), por um lado e, por outro o saber técnico (dos técnicos) e o saber científico (dos cientistas, investigadores, etc.); a evolução da grande indústria reproduz essa cisão numa escala cada vez mais alargada, de forma que o crescimento da indústria capitalista tem como consequência o aumento em quantidade e em importância dessa camada de técnicos, que constituem os "serviços", isto é, o sector da pequena-burguesia produzido pelo modo de produção capitalista. Assim, os interesses de classe fundamentais desses técnicos, (da indústria, da administração e do comércio) consistem no desenvolvimento cada vez mais rápido da indústria capitalista, única forma de manterem e acrescerem o seu peso social, e por isso se confundem com os próprios interesses de classe fundamentais dos grandes industriais. Na realidade, a situação de classe do sector da pequena-burguesia produzido pelo capitalismo é mais complexa, como a seguir veremos. Mas, por agora, o esquema geral deste processo pode ser assim delineado.

Esta situação económica bi-facetada determinou — no "marcelismo" — uma super-estrutura política que a exprime e que, por isso mesmo, possibilitará uma mais rápida evolução da situação económica. Trata-se de uma dupla aliança efectuada por um centro — os "marcelistas", que mantêm uma margem relativamente larga de poder jogando entre os grandes grupos capitalistas portugueses, por sua vez ligados aos grandes grupos financeiros mundiais — com os tradicionalistas e os "ultras", por um lado e, por outro, com a social-democracia, expressão política dos interesses de certas camadas dos "serviços". Sem que, note-se bem, tradicionalistas e social-democracia se aliem directamente entre si. É a esta segunda aliança, isto é, a aliança com a social-democracia, aspecto inovador do "marcelismo", que se chama frequentemente a "liberalização".

A "liberalização" é, portanto, a expressão política de uma situação económica fundamental, e não uma tática empregue pela burguesia consoante as peripécias do puro jogo político. Por isso, a "liberalização" consiste somente na aliança do governo com a social-democracia dos "tecnocratas", expressão política da situação económica já descrita e não numa tática mais moderada em relação ao movimento operário. Em qualquer situação política base, um regime emprega contra a classe sua antagonista uma tática mais repressiva, ou mais moderada, consoante oscilar o jogo de forças nesse terreno político; assim, dentro de uma mesma política base, — a "liberalização" — a tática do governo poderá sofrer variações mas, para as compreendermos, necessário é não confundir uma ou outra tática com a base política que as sustenta. A "liberalização" não se estende, pois, à classe operária, nem sequer no puro campo tático o governo empregará para com o operariado uma tática predominantemente conciliatória. Vejamos porquê: o "marcelismo" é uma política de desenvolvimento acelerado da indústria capitalista portuguesa no momento em que está entre a espada e a parede, entre a necessidade de prosseguir a guerra colonial e a concorrência esmagadora do imperialismo, e em que não tem portanto margem para grandes (relativamente grandes...) concessões salariais. O "marcelismo" tenta controlar estreitamente toda a política salarial e não deixá-la ao sabor de concessões económicas ao sindicalismo reformista, para as quais a não tem margem de lucro. No campo económico, o desenvolvimento da indústria capitalista, significa, para a classe operária, o aumento da exploração da sua força-de-trabalho, a extorsão de uma mais-valia cada vez maior. E, precisamente, o aumento quantitativo dos técnicos industriais, financeiros e comerciais, e a melhoria qualitativa da sua instrução através das reformas da universidade e do ensino médio, são condições dessa maior extorsão de mais-valia; a solidificação dos interesses comuns da grande burguesia industrial e dos "tecnocratas" faz-se sobre uma cada vez maior exploração da classe operária. Politicamente para que essa exploração possa prosperar, é necessária a continuação da repressão sobre a classe operária e mesmo o seu aumento, com a introdução de novas táticas policiais, etc. Em conclusão, a "liberalização" é a aliança entre o "marcelismo" e a social-democracia, e não se estende, nem sob a sua forma política fundamental nem como uma mera tática conciliatória, à classe operária, que continuará sob uma feroz repressão.

Convém, no entanto, para compreendermos a "liberalização", analisar uma questão de maior importância:

Como classe, a pequena burguesia divide-se em dois grandes sectores: o primeiro desses sectores consiste nos restos de formas económicas pré-capitalistas, que o capitalismo a si subordinou, ou mesmo que as integrou no seu modo de produção. Trata-se essencialmente dos artesãos e dos camponeses isolados, uns e outros proprietários dos seus meios de produção mas que não empregam assalariados, nem são assalariados. Podemos defini-los dizendo que se apropriam eles próprios da mais-valia que produzem. Este sector da pequena-burguesia, que nos começos do século tinha ainda no nosso país a importância económica suficiente para lhe determinar um peso

político considerável — embora com uma autonomia política nula, visto que se limitava a lutar mais radicalmente pelos mesmos objectivos republicanos que a burguesia —, foi reduzido pela evolução capitalista a uma posição económica insignificante e o seu peso político é tão diminuto que pode ser desprezado nos traços largos de um esquema geral. A importância da pequena-burguesia na vida política portuguesa actual não é reflexo deste sector, mas da actividade de um outro:

O segundo sector da pequena burguesia é produzido pelo modo de produção capitalista. É relativamente a este sector que o "marcelismo" assume o seu aspecto inovador, pois nele encontra os novos aliados, nele se forma uma nova base social de apoio ao regime e nele tem farto pasto uma ideologia que hoje se encontra associada ao velho corporativismo no aparelho governamental: a social-democracia. Por isso, a análise deste segundo sector da pequena burguesia tem uma importância particular para uma correcta prática política dos comunistas portugueses.

Este sector não constitui um bloco monolítico. Dissémos já que ele encontra a sua origem na separação, básica no modo de produção capitalista, entre a força-de-trabalho e o meio de trabalho, entre a execução prática e o conhecimento técnico e científico. A concorrência obriga as empresas a uma constante reconversão dos seus processos de produção, diminuindo os custos de produção e aumentando a produtividade do operário, e, por isso, certas técnicas de produção tornam-se obsoletas, exigindo a sua substituição por técnicas novas, e isto num sistema interminavelmente repetido e num ritmo cada vez mais acelerado. O segundo sector da pequena-burguesia sofre o efeito deste processo de dois modos. Por um lado, a aplicação de novas técnicas de produção (ou de administração, etc.) implica a formação de uma procura de quadros técnicos capazes de as aplicar. Deste modo, o desenvolvimento do capitalismo, que se processa através de uma exigência constante de técnicas novas, reproduz sempre numa escala cada vez mais alargada este sector da pequena-burguesia, criando constantemente novos mercados dos técnicos, pelo desenvolvimento da procura do seu trabalho. Mas, por outro lado, quanto maior é a exigência de técnicas novas, mais são as técnicas que perdem o interesse, condenadas à extinção num curto prazo. E isto em dois sentidos: quer quanto às técnicas de fabrico de um produto (ou de administração e de gestão de uma empresa, etc.), em que este continua a ser produzido através de técnicas novas, quer quanto ao próprio fabrico de um produto, cuja produção pode deixar de ter interesse para o capitalismo, deixando portanto o produto de ser produzido e, com ele, os técnicos de ser aplicados. Deste modo, os indivíduos que aplicam o seu saber técnico ou científico na diminuição dos custos de realização da mais-valia têm de se pôr constantemente a par das novas técnicas (de produção, de comercialização, de administração, etc.) exigidas pelo capitalismo. Para os quadros científicos o problema não se põe com tanta acuidade, dado o próprio carácter genérico da ciência, pelo qual as novas técnicas particulares se podem apreender com facilidade. Mas para os técnicos, a sua reconversão profissional implica um processo bastante difícil e custoso, pois que se trata de aprender uma outra técnica, diferente da que conhecem, e o saber dos técnicos, extremamente parcelado, não lhes permite o conhecimento dos

aspectos gerais e comuns entre si das diversas t~~ões~~cas, como os cientistas. Ora tal aprendizagem exige, pelo menos, tempo e dinheiro e, como, sob este aspecto, tempo é dinheiro, porque um indivíduo que exerce uma profissão só pode seguir cursos se tiver um horário de trabalho relativamente reduzido ganhando no entanto o suficiente para, assim, se sustentar e à sua família, podemos dizer que a reconversão profissional está aberta unicamente a quadros já com uma posição suficientemente elevada na hierarquia salarial. Aqueles que não se conseguem reconverter não engrossam as fileiras do proletariado — ou do exército industrial de reserva... — e as técnicas novas não são aplicadas em maioria por novos recrutas da classe, recém-saídos dos cursos médios. De nada vale ao velho amanuense a sua caligrafia inglesa, se não souber escrever inglês e trabalhar com uma IBM eléctrica de esferas...

A necessidade de reconversão profissional é uma característica constante deste sector da pequena-burguesia e, dada a dificuldade já indicada desta reconversão, acontece que o crescimento constante da pequena-burguesia produzida pelo modo de produção capitalista se verifica em grande parte por um acréscimo de novos elementos activos e, por outro lado, por uma extrema mobilidade social interna, que leva à constante passagem de parte dos elementos para a classe operária (proletarização) e à passagem de outra parte para a execução de novas técnicas, o que pode eventualmente acarretar uma mudança na hierarquia profissional, quer no sentido da ascensão, quer no da descida.

A necessidade desta reconversão profissional é bem patente na estatística da população activa frequentando um grau de ensino (em Portugal, esta estatística, elaborada segundo os dados do Recenseamento de 1960). A percentagem média de activos frequentando um grau de ensino é de 1,2%; se exceptuarmos pelas suas características particulares o caso das forças armadas, os únicos grupos profissionais que se destacam francamente desta média são o Grande Grupo 0, "profissões científicas técnicas e afins" com a média de 3% (3,2% para os homens e 2,8% para as mulheres) e o Grande Grupo 2, "empregados de escritório", com a média de 5,6% (6,1% para os homens e 3,6% para as mulheres) (Nota 7). E é previsível que o último censo acentue mais ainda esta tendência.

O carácter não monolítico deste sector da pequena-burguesia resulta, portanto, do carácter particular do seu processo de crescimento: se a pequena-burguesia produzida pelo capitalismo se desenvolve e reproduz com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, esse crescimento processa-se pela exclusão de sectores inteiros, que passam a proletarizar-se, e pela formação de novos sectores, em grande parte preenchidos por novos elementos. Ao nível dos interesses defendidos, esse carácter não monolítico exprime-se pelo facto de os quadros dos sectores em desenvolvimento identificarem os seus interesses com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, confundindo-se por isso com os interesses de classe fundamentais dos grandes industriais, enquanto que os elementos dos sectores condenados e que não conseguem levar a cabo a sua reconversão professio-

nal têm face ao desenvolvimento do capitalismo uma atitude crítica. É claro que, por si, esta atitude crítica não é revolucionária, visto que contra o capitalismo em desenvolvimento esses elementos defendem um capitalismo retrógrado.

Mas o carácter não monolítico deste segundo sector resulta ainda de um outro factor. A separação entre a execução prática e o saber científico e técnico é levada pelo capitalismo a um tal extremo que a realização da mais-valia produzida pelo proletariado exige um aparelho vastíssimo com uma gama profissional altamente diferenciada. Um número restrito de quadros desta pequena-burguesia, os "tecnocratas", tem acesso ao que o capitalismo considera as culminâncias do saber e ocupa os lugares máximos nas hierarquias de prestígio social, bem como na escala de remunerações. Por isso, parte destes elementos não se liga só com os capitalistas a nível de convívio social e de laços familiares, mas podem eles próprios tornar-se possuidores de meios de produção, pela compra de acções que lhes dêem posições importantes na indústria, entrada em conselhos de administração, etc. No outro extremo, muitos elementos deste sector ocupam profissões em que as exigências de saber são diminutas, cujo prestígio social tem um lugar extremamente baixo, estão relacionados social e familiarmente com o proletariado, têm um nível salarial comparável ao deste, e trabalham conjuntamente com o proletariado sem funções de vigilância ou repressão. A mentalidade destes elementos torna-os acessíveis a serem conduzidos pela classe operária, se para tal se reunirem um certo número de condições objectivas. Foi o caso, por exemplo, da célebre greve da Carris em 1968, que tomou aquela amplitude porque o pessoal do "movimento" (pequena-burguesia dos "serviços") se ligou estreitamente ao pessoal das oficinas (proletariado) condutor da greve, o que se deveu ao facto de a direcção da empresa ter tomado medidas que agravaram a exploração dos operários conjuntamente com outras que agravaram a exploração do pessoal do "movimento". Os elementos desta camada inferior dos "serviços" são constantemente prejudicados com o desenvolvimento do capitalismo, que tende a automatizar as profissões por eles executadas. Por isso, ideologicamente, eles tomam face a esse desenvolvimento uma posição crítica e, como a sua proletarização se efectua rapidamente, com facilidade convertem essa crítica numa crítica revolucionária, isto é, passando da crítica contra o desenvolvimento do capitalismo à crítica do próprio capitalismo. A proletarização destes elementos pode-se dever, como vimos, a dois tipos de situações. Ou à perda de importância de certos ramos da produção e, neste caso, a sua proletarização é acompanhada pelo despedimento maciço de operários, o que cria condições objectivas para que se consolide entre ambos uma unidade revolucionária; ou à perda de importância de certas qualificações profissionais e, então, este facto não constitui por si só, a nível objectivo, um elemento de unidade.

Assim, não só a mobilidade interna deste segundo sector da pequena-burguesia é extremamente elevada, como as diferenciações no seu interior assumem grandes proporções.

~~Deste não manha~~ ~~com reculta~~ a interpenetração des-
te sector da pequena-burguesia, nos seus extremos, com
a burguesia ou com o proletariado. Essa interpenetração
atinge o seu expoente máximo quando se confundem no mesmo
elemento funções de duas classes. Num dos extremos, quan-
do, por exemplo, um alto funcionário dos "serviços" assa-
lariado numa dada empresa é, através da posse de lotes de
acções, detentor dos meios de produção numa outra empresa.
No outro extremo, quando um mesmo indivíduo exerce, englo-
badas numa mesma profissão, e unicamente distintas no tem-
po, funções de "serviços" e funções de trabalhador produ-
tivo (produtor de mais-valia), de operário. Por exemplo,
um estivador que descarrega um navio em que são transpor-
tados automóveis de particulares e algodão que servirá de
matéria-prima a uma fábrica de têxteis, realiza um traba-
lho produtivo quando descarrega a matéria-prima algodão
visto que o produto do seu trabalho se vai integrar no
produto-acabado tecido de algodão. Ele contribui, portan-
to, para a produção de mais-valia de que o capitalista
da fábrica têxtil se vai apoderar. Mas esse mesmo descar-
regador, no desempenho daquela mesma profissão de estiva-
dor, não produz qualquer mais-valia ao pôr do porão em t-
erra o automóvel de um qualquer particular. Aí, ele não
é trabalhador produtivo, mas um elemento dos "serviços".
Em qualquer dos casos, ele é pago directamente pelo mes-
mo indivíduo, o patrão daquela empresa de estiva, mas o
importante é que este patrão funciona unicamente como in-
termediário no pagamento; por razões que não cabe aqui a-
nalisar, o modo de produção capitalista tende para uma di-
versificação profissional cada vez maior, donde a prolifera-
ção de intermediários no processo económico, e o parasi-
tismo que isso acarreta. No nosso exemplo, a relação eco-
nómica fundamental do estivador é determinada pelo conteú-
do do seu trabalho.

Estes exemplos de um fenómeno a que poderemos chamar
de mistura são sintomáticos da grande mobilidade social
interna deste sector da pequena-burguesia, cujo crescimen-
to implica a destruição constante de certos grupos profes-
sionais e, portanto, da diversidade de interesses ideoló-
gicos, correspondente à diversidade das posições sociais,
dos elementos que compõem o sector da pequena-burguesia
produzido pelo capitalismo.

Em resumo, são estes os principais problemas levanta-
dos pelo segundo sector da pequena-burguesia. Para o nos-
so esquema ser completo, falta considerar, embora sumaria-
mente, as possibilidades de relação entre um e outro sec-
tor. Condenados à extinção económica, certos elementos do
primeiro sector, garantindo aos filhos um dado tipo de
instrução, convertem-nos em quadros do capitalismo no
sector dos "serviços". Perpetuam deste modo a pertença do
agregado familiar à classe pequeno-burguesa. É claro que
este mesmo processo pode servir também aos elementos do
segundo sector da pequena-burguesia, que constituem um
grupo profissional condenado a médio prazo, para assegurar
a continuidade de classe do seu agregado familiar.

A complexidade da situação económica da pequena-bur-
guesia obrigou-nos a alongarmo-nos um tanto na exposição,
mas sem isso não poderemos compreender como se desenham
os interesses de classe dos diversos grupos que a compõem.
Por essa mesma complexidade, pensamos que o leitor poderá

ordenar melhor as idéias se, antes de prosseguirmos,
sintetizarmos o que atrás ficou dito num esquema simpli-
ficado: (Ver o esquema na pág. 10)

É esta, pois, a situação económica fundamental da peque-
na-burguesia. Como se exprime esta situação no panorama
português actual, quanto aos interesses ideológicos dos
grupos que a compõem?

Podemos começar por tornar mais exacto o traçado de
muito genérico que fizemos, no início deste capítulo,
do esquema da "liberalização". Se o crescimento dos "ser-
viços" é determinado pelo crescimento do modo de produ-
ção capitalista, a verdade é que nem todos os elementos
dos "serviços" lucram com este crescimento. Assim, são os ele-
mentos que com ele beneficiam é que vêm como expressão
fundamental dos seus interesses o desenvolvimento acel-
larado do capitalismo, identificando-se por isso mesmo
com os interesses de classe essenciais do grande capita-
tal. Para empregarmos a terminologia usada no nosso es-
quema, que conservaremos daqui em diante, é a camada su-
perior dos "serviços" que identifica os seus interesses
com os dos grandes industriais e financeiros. É ela que
constitui a nova base social do "marcelismo"; é ela que
é visada pela "liberalização" governamental, é nas
suas fileiras que a actual social-democracia faz o gros-
so dos seus adeptos.

Mas, se toda esta camada superior é abarcada pela "libe-
ralização", a sua posição face ao "marcelismo" é variá-
vel consoante os grupos de que se compõe. Estreitamente
ligados pelos seus hábitos sociais e pelos seus interes-
ses económicos, ao grande capital, são os "tecnocratas";
os quadros superiores dos "serviços", que se aliam orga-
nizacionalmente com os marcelistas, quer dizer, são
eles, e só eles, que se exprimem directamente no inte-
rior do aparelho governamental. Essa aliança governamen-
tal efectua-se quer por uma aliança entre organizações
políticas (ex: os laços estreitos que unem a SEDES (No-
ta 8) e a ANP), quer pela entrada em bloco de tendên-
cias social-democratas para organismos governamentais, on-
de têm conseguido até agora um vasto campo de manobras
e onde se comportam, na realidade, como uma organização
autónoma, aliada à organização — ANP — que domina a
maioria desses organismos. É nomeadamente o caso da As-
sembleia Nacional e, talvez mais ainda, da Câmara Corpo-
rativa.

Os quadros inferiores desta camada superior dos
"serviços" beneficiam, em geral, com o desenvolvimento
da grande indústria capitalista, e mesmo aqueles que per-
tencem a grupos profissionais condenados a médio prazo,
e cuja importância começa portanto a diminuir, conse-
guem regra geral levar a cabo a sua reconversão profes-
sional. Por isso, os interesses de classe fundamentais
dos quadros superiores e dos quadros inferiores são i-
dênticos: ambos se sabem beneficiados com o crescimen-
to industrial capitalista, uns e outros pretendem ace-
lerrar esse desenvolvimento, pugnando por um capitalismo
"moderno" e "eficaz". E, por isto mesmo, os seus inte-
resses de classe são essencialmente antagónicos aos do
proletariado, para quem a expansão da indústria capita-
lista significa sempre a extorsão de uma maior mais-va-
lia e, portanto, o aumento galopante da diferença que

1º. sector: anterior ao modo de produção capitalista.
- artesãos, camponeses isolados, etc.

pequena-burguesia

2º. sector: produzido pelo modo de produção capitalista ("serviços")

camada superior

- globalmente, são beneficiados com o desenvolvimento capitalista.
- trabalham não só separadamente do proletariado, como numa situação social superior, perante ou com funções de vigilância ou objectivação das possibilidades repressivas.

camada inferior

- prejudicados com o desenvolvimento do capitalismo
- trabalho conjunto com o proletariado, ou ao mesmo nível, sem funções de vigilância ou repressão.
- constantes problemas de reconversão profissional motivados pela automatização; impossibilidade de a levar a cabo; rápida proletarianização.
- carteiros, limpeza, pessoal de "movimento".

quadros superiores

- altos técnicos ("coristas")

quadros inferiores

- pequenos e médios técnicos, bancários, esprechados de escritório, etc.
- em certos grupos profissionais, problemas de reconversão profissional; frequentemente levada a cabo.

separa a classe operária da classe burguesa (Nota 9). Mas, enquanto que os quadros superiores têm possibilidade de se exprimir no interior do aparelho de Estado, o que lhes permite beneficiar directamente desse desenvolvimento industrial, os quadros inferiores não têm essa possibilidade, pois que só indirectamente beneficiam do surto económico. Residem na orla da "liberalização" e, por isso, toda a sua actividade política se resume em tentar pressionar os governantes para que estes lhe alarguem as vantagens da aliança organizacional estabelecida com os quadros superiores. É os marcelistas consoante o desenvolvimento do jogo político, alargarão a aliança até aos quadros inferiores e até aos inferiores, cu restringi-la-ão à alta "tecnocracia". No seu discurso de 28 de Fevereiro passado, Marcelo inaugurou uma nova fase da "liberalização" declarando-se pronto a resistir não só à movimentação operária, mas também a opôr-se às movimentações dos quadros inferiores da pequena-burguesia dos "serviços", e pôs como condição à social-democracia "tecnocrática" que esta se separe decididamente das ideologias social-democratas dos quadros inferiores e que ajude o marcelismo na dupla faina de acentuar a repressão anti-operária e de restringir o âmbito organizacional da "liberalização". É claro, que as várias organizações representantes dos quadros inferiores dos "serviços" não deixarão de aproveitar este facto para reforçarem mais ainda a sua demagogia, tentando colocar-se no mesmo pé do movimento operário comunista. Mas isto é já outra história, que teremos muito tempo para tratar... O essencial é que estas diversas manobras do "marcelismo" se situam ao nível da tática política, como flutuações sobre uma política base. A esta, imposta pela própria situação económica, não pode Marcelo fugir — como não pôde o agrário Salazar deixar de industrializar o país, nem o fascista Franco de saltar da barca da Falange para a da Opus. — e é ela que determina a identificação dos interesses económicos entre a grande indústria e a camada superior dos "serviços" e, daí, a tendência para a conversão dessa identidade económica básica numa aliança política.

A camada superior dos "serviços" é a única parcela da pequena-burguesia que pode, nas actuais condições, manter uma actuação política activa na defesa dos seus interesses. O sector proveniente de formas económicas pré-capitalistas, cujo peso absoluto e relativo diminuiu vertiginosamente desde os anos 20, encontra-se hoje reduzido à insignificância política, e a influência, já tão restrita, que ainda podia ter nas zonas rurais do Norte, foi definitivamente sapada pela concentração da propriedade e pela emigração para os centros urbanos, quer no país quer no estrangeiro. Quanto à camada inferior dos "serviços" ou é inteiramente subjugada pela camada superior, se num campo em que o desenvolvimento do capitalismo a não condena à rápida proletarização, ou, se em vias de rápida passagem ao proletariado, é inteiramente liderada pela classe operária. Em qualquer dos casos, não mostra na luta nem a mais pequena parcela de autonomia, nem a menor iniciativa. No panorama político da pequena-burguesia, é a camada superior dos serviços a única que pode mostrar uma certa autonomia em matéria de organização e de táticas de luta, e iniciativa política, pois que não se encontra condenada à extinção pelo crescimento económico mas, pelo contrário, em desenvolvimento. É necessário, no entanto, sublinhar

que a camada superior dos "serviços", como a pequena-burguesia em geral, tem normalmente uma iniciativa política muito reduzida e, frequentemente, nula. A única razão por que esta camada mostra hoje em Portugal uma certa iniciativa consiste no facto de a política de desenvolvimento industrial, que se tinha prosseguido numa acção lenta, ter sofrido nos últimos tempos um salto brusco. Note-se ainda que a actividade política da camada superior dos "serviços" localiza-se exclusivamente nos grandes centros urbanos, embora esta restrição perca a maior base do seu peso ao nos lembrarmos de que são esses os determinantes da vida política nacional.

Assim — e esta questão é fundamental para determinarmos quais os verdadeiros interesses que prossegue a EDE-MRPP e outras organizações similares que adiante havemos de referir — sempre que definirmos que um projecto político leva a cabo interesses da pequena-burguesia, sempre que determinarmos que uma organização defenda interesses da pequena-burguesia, temos que analisar quais são esses interesses e, após termos desenhado o jogo de forças interno da pequena-burguesia, fácil se torna ver que são de dois tipos os interesses fundamentais que a pequena-burguesia pode prosseguir: ou a defesa organizada dos seus interesses dentro do aparelho de Estado e respeitando as regras do jogo político governamental, e por este processo se exprimem os interesses particulares dos quadros superiores dos "serviços" ou nos momentos em que a "liberalização" é alargada, os quadros intermédio-superiores. Ou, para os quadros inferiores, na orla da "liberalização", colocados de fora desse jogo político e cujos interesses só podem exprimir-se do exterior do aparelho de Estado e em desrespeito das regras governamentais, a pressão sobre os governos através de uma prática activista ou violenta, pelo menos potencialmente violenta.

Para exercer essa pressão sobre os governantes, os quadros inferiores da camada superior dos "serviços" não podem contar determinantemente com a sua própria força, dada a sua falta de homogeneidade como classe e também o seu número relativamente reduzido. Precisam por isso de tentar mover em seu proveito a única classe que se pode opôr ao fascismo com homogeneidade e coesão, as massas operárias, ou antes, certos sectores do operariado. Regra geral, o contacto entre estes quadros inferiores dos "serviços" e o operariado não se faz directamente, mas veicula-se através da camada inferior dos "serviços" que, como vimos, pode exercer um trabalho conjunto com o proletariado e ter um nível salarial idêntico, permanecendo ao mesmo tempo sob a influência ideológica da camada superior. Por isso, é predominantemente nos sectores em que, em conjunto com a classe operária, trabalham elementos da camada inferior dos "serviços", que os quadros inferiores da camada superior procuram o acesso ao proletariado e o seu controle. Daí a necessidade de estruturarem organizações pluri-classistas, que juntamente com operários integram estes sectores referidos da classe pequeno-burguesa, subordinando portanto estes operários desprovidos de uma organização independente assente numa teoria política própria, à ideologia e aos interesses da pequena-burguesia. A EDE-MRPP é, vimo-lo, um modelo deste tipo de organizações.

Organizacionalmente, é esta a forma por que os quadros inferiores dos "serviços" exprimem o seu interesse em pressionar os governantes para a obtenção dos seus fins de classe.

Nota-se que este processo é inteiramente diferente da antiga "política de unidade". Consistia esta na aliança e na subordinação da classe operária à burguesia liberal, a qual representava essencialmente, não a pequena-burguesia, mas a média burguesia e a burguesia pequena, ou seja, os médios e pequenos industriais e comerciantes, bem como certos sectores de proprietários semi-feudais não latifundiários. A evolução da economia capitalista retirou a estas camadas tanto o seu peso político como a sua capacidade de iniciativa. Por isso, elas quase não contam hoje na arena política portuguesa. Essa antiga "política de unidade" regeu até princípios dos anos 60 toda a nossa vida política extra-governamental e o seu eixo organizacional era o partido revisionista de Álvaro Cunhal. Daí, a importância que esta questão assumia, eixo de toda a Oposição, medianeiro entre a burguesia liberal e a classe operária, e para ambas era "O Partido", com P grande e sem mais adjectivos.

Mas hoje as condições são diferentes. A "unidade" da velha Oposição desfez-se. A evolução económica tira a certas classes o seu peso político. Os quadros superiores dos "serviços" estão organizacionalmente aliados ao "marcelismo". Por outro lado, os quadros inferiores, que se situam na orla da "liberalização", dela beneficiam, e só por isso podem manter a grande actividade política com que as vemos. Acresce ainda que, com o desaparecimento da antiga "política de unidade", o cunhalismo perdeu o seu papel central na vida da Oposição e, também cada vez mais isolado da vanguarda operária, vê a sua importância política restringir-se. A conjugação destas duas últimas circunstâncias, ou seja, da "liberalização" permitindo a actividade política relativamente intensa dos quadros inferiores dos "serviços", e da limitação do papel político do cunhalismo no jogo político português, fez com que os quadros inferiores dos "serviços" que, como vimos, precisam de movimentar certos sectores operários para tentar pressionar os governantes, procurem agora prescindir do partido revisionista como intermediários entre eles e a classe operária, e pretendam contactar e dirigir directamente sectores da classe operária. Veremos mais à frente como Cunhal procura torner este perigo de isolamento, tentando impôr-se como o elemento indispensável à política dos quadros inferiores dos "serviços".

Os interesses da camada superior dos serviços exprimem-se também ideologicamente, através de duas formas específicas de pensamento social-democrata. Os quadros superiores cuja actuação política se integra dentro do aparelho de Estado, têm como credo a "modernização" do país e a sua "europeização", o que significa, na realidade, que defendem uma transformação lenta e gradual das estruturas governamentais portuguesas segundo o modelo das democracias burguesas, ou seja, em que a contenção do proletariado revolucionário

é feita preferencialmente não por meios policiais, mas por organizações sindicais reformistas, geralmente controladas por revisionistas, como em França e na Itália, ou por social-democratas, como na Grã-Bretanha, na Alemanha, na Suécia, etc. É este o significado que tomam na boca destes senhores, expressões como "liberdade e promoção dos trabalhadores" e outras semelhantes. A "liberdade" a que eles se referem é a liberdade para a classe operária de, em vez de obedecer ao cassete dos policiais, obedecer às palavras doces dos dirigentes revisionistas. A "promoção" significa um aumento dos salários, assente no reforço da exploração colonial ou neo-colonial, e ultra-compensada pelo aumento de produtividade do trabalhador, o que é indispensável para que o capitalismo aumente o mercado interno de bens de consumo. Ou seja, trata-se do próprio programa ideal de desenvolvimento do capitalismo. Não nos interessa aqui analisar o carácter utópico deste programa para a burguesia portuguesa, mas somente verificar como ele exprime os interesses destes quadros superiores dos "serviços". É que a modificação fundamental do aparelho repressivo e das suas funções, que deixa de assentar predominantemente nas forças armadas e numa acção sistematicamente violenta (entenda-se fisicamente violenta) e passe a ter como eixo a subordinação do operariado ao reformismo, significa por isso mesmo uma diminuição da importância dos agrários e outros sectores tradicionalistas como base de apoio do governo, que deles vinha a direcção essencial da máquina repressiva tradicional, e o aumento da importância dos quadros superiores dos "serviços", que podem orquestrar a nível governamental a actuação dos seus lacaios nos sindicatos reformistas. É esta a verdadeira raiz do tipo de ideologia social-democrata que estes quadros superiores defendem. E essa ideologia pode ser pacífica, não pressupõe o derrubar deste governo, porque os quadros superiores actuam, como dissemos, desde já integrados nesta máquina governamental.

Este pacifismo não pode existir nos quadros inferiores desta camada superior, visto que a "liberalização" não os abarca na sua aliança organizacional. Eles têm, por isso, não só de pugnar pela queda deste governo, como defendem uma forma governamental que lhes possibilite uma ascensão maciça e rápida dentro do aparelho de Estado. Essa forma encontram-na no sistema de governo que o revisionismo contemporâneo implantou na URSS e nos restantes países do mesmo tipo: o capitalismo monopolista de Estado. Sobre a base de que uma revolução que expropriou todos os capitalistas, e que perdeu o seu carácter socialista quando a classe operária foi afastada do poder de decisão política e económica, os quadros das empresas, uma vez que deixaram de estar sujeitos ao controle directo das massas operárias, converteram-se por isso mesmo em proprietários colectivos dessas empresas. O afastamento radical e completo de todos os elementos das antigas classes proprietárias produziu um tipo de sociedade que manteve, durante algum tempo, uma mobilidade muito elevada, isto é, em que os jovens quadros facilmente podiam ascender na hierarquia por lugares cimeiros desta não estarem já ocupados por elementos que os detêm com toda a força da tradição (Nota 10). Em resumo, é este o primeiro dos elementos que faz com que os quadros inferiores dos "serviços" tomem o tipo de sociedade que os países revisionistas,

ou as alas revisionistas dos países socialistas, hoje consubstanciam, como o modelo das suas aspirações. Além disso, e é este o segundo elemento próprio desempenho das suas funções técnicas torna o quadro da camada superior dos "serviços" membro daquele proprietário colectivo que caracteriza o capitalismo monopolista de Estado. Entre o técnico e a propriedade não se interpõe o empresário industrial e o capitalista privado. O capitalismo monopolista de Estado é o reino destes quadros técnicos e o revisionismo contemporâneo é a ideologia desta forma de capitalismo. Por isso o seguem os quadros interiores dos "serviços", que em nome deste "socialismo" votaram na lista CDE de Lisboa e que em nome deste "socialismo" se pretendem aproximar da classe operária, dizendo: "pois não queremos todos o mesmo?". E é em nome desta demagogia, que tudo o que oferece ao proletariado é a possibilidade de deixar de ser explorado pelo tipo actual de capitalismo para passar a sê-lo mais eficazmente pelo capitalismo monopolista de Estado, forma extrema do capitalismo na fase imperialista, é como cobertura desta demagogia, que a direcção pequeno-burguesa da EDE-MRPP se propõe subordinar o operariado à condução de "ideologias afins" do marxismo, ou seja, à condução deste "socialismo" sui generis que, em afinidade com o marxismo-leninismo, terá quando muito o rótulo sob que no-lo querem impingir.

Depois desta digressão já tão longa, pelo "marcelismo" pela "liberalização" e pela pequena-burguesia, pensamos que foi possível ao leitor compreender não só como é que a pequena-burguesia defende organizacionalmente os seus interesses, mas quais são, na sua especificidade, os interesses por ela defendidos. Vimos, assim, como é que a situação de classe da camada superior dos "serviços", nomeadamente dos quadros inferiores dessa camada, determinava tipos precisos de ideologia. Este aspecto será mais claramente compreendido se analisarmos como esta ideologia se exprime naquelas organizações que melhor defendem os interesses destes quadros inferiores.

COMO A EDE-MRPP ANALISA O "MARCELISMO"

Pela análise da sua forma organizacional, estabelecemos qual a classe de que a EDE-MRPP defende os interesses. Seguidamente, localizando essa classe na sua relação com todas as outras e com o aparelho de Estado, pudemos determinar quais são especificamente esses interesses. Vamos ver agora o modo como a EDE-MRPP exprime ideologicamente os interesses da classe que representa.

Começemos por analisar a forma como a EDE-MRPP vê a situação política actual do nosso país, isto é, a visão que ela própria tem do campo em que actua. A EDE-MRPP não consegue descortinar as razões económicas que estão na base da "liberalização" — o desenvolvimento da grande indústria capitalista provocando a identidade dos interesses fundamentais da camada superior dos "serviços" e dos grandes industriais — e, portanto, é incapaz de compreender a "liberalização" como a aliança entre os marcelistas e a social-democracia, expressão política dessa camada superior. Para ela, o "marcelismo" não se caracteriza pela dupla aliança que analisámos no capítulo anteri-

or (a aliança entre os marcelistas e os tradicionalistas por um lado e, por outro, entre os marcelistas e os sociais-democratas, sem que social-democracia e tradicionalistas se aliam directamente entre si), mas sim "pelo acesso directo ao comando da decisão política e económica dos mandatários do capitalismo monopolista bancário e industrial" (Nota 11); e, mais recentemente, referem "o novo equilíbrio de forças que se gerou no seio do poder em favor da grande burguesia monopolista industrial" (Nota 12). Pretenderá a EDE-MRPP afirmar que o salazarismo do post-guerra, que exprimiu, favoreceu e acelerou a concentração industrial no nosso país e a formação dos grandes monopólios, não foi a própria política desses monopólios? Pretenderá a EDE-MRPP dizer que o capitalismo monopolista, que é incontestavelmente a força económica determinante no nosso país de há cerca de trinta anos para cá, que é a única classe exploradora dotada de uma iniciativa política cada vez mais acrescida, se manteve afastada do poder político directo até Setembro de 1968? Que toda a política de desenvolvimento da grande indústria capitalista prosseguida durante o regime de Salazar que era a própria política dos monopólios, não se deveu no entanto aos mandatários desses monopólios? Qual a finalidade de todas estas inépcias? Na realidade, a EDE-MRPP confunde a perda da iniciativa política dos latifundiários e de outros sectores económicos atrasados e o reforço da iniciativa política da grande indústria, que é o que de facto se verifica, com um fantasioso processo pelo qual esta grande indústria se teria inexplicavelmente mantido afastada do poder político directo até há coisa de três anos e meio. Desta forma, a EDE-MRPP pode camuflar uma questão essencial: é que aqueles barulhentos propagandistas de uma industrialização galopante, de um "Portugal à hora europeia" e de quejandos programas, e que têm agora o acesso livre às mesas redondas dos jornais diários e às mesas rectangulares do governo e da administração, não são os grandes industriais mas sim os "tecnocratas", aqueles quadros superiores da pequena-burguesia dos "serviços", cujos representantes políticos estabelecem com o marcelismo uma aliança organizacional. Não se trata de um "acesso directo ao comando da decisão política e económica" por parte do capital monopolista, que já há muito tempo lhe ascendeu, mas sim desse acesso directo por parte da social-democracia, representante política da camada superior dos "serviços".

Assim, a EDE-MRPP procede a uma dupla demagogia. Por um lado, não vendo que a "liberalização" se caracteriza pela aliança entre o marcelismo e a social-democracia representante dos quadros superiores dos "serviços", pretende isentar esta camada do facto de constituir uma base social real do regime e, por isso, sempre que enumera as classes ou grupos sociais que constituem a base do "marcelismo", limita-se a contar os latifundiários e os grandes capitalistas bancários e industriais, esquecendo sempre a "tecnocracia". Reconhece que a oposição pequeno-burguesa vive sob a égide da grande burguesia, mas para melhor ocultar que não é já disto que se trata, e sim que uma parte dessa pequena-burguesia dos "serviços" está organizacionalmente integrada na "liberalização" e outra parte reside na sua orla (Nota 13). Dentro deste aspecto se integra a visão que tem do partido de Mário Soares (ASP),

que considera como representante da média burguesia e não como representando fundamentalmente, pelo menos na época que escrevem, anterior à criação da SEDES, a camada superior dos "serviços": "A A.S.P., expressão política de uma burguesia média...", escrevem (Nota 14).

Por outro lado, porque não analisou quais as causas e a base da "liberalização", torna difusos os seus limites, convertendo-a numa tática da burguesia que poderia ser alargada de uma forma durável à classe operária, mediante a evolução interna do regime para uma democracia burguesa. Sobre esta questão escrevem com a maior clareza que "a ditadura do capitalismo monopolista pode adquirir— em Portugal, concretamente — uma face formalmente democrática..." (Nota 15). A EDE-MRPP apaga portanto os limites que a "liberalização" nunca ultrapassará — a política base da "liberalização" nunca se estenderá à classe operária e, no seu limite máximo, abarcará somente a camada superior dos "serviços" cujos interesses se podem em geral identificar com a expansão da grande indústria capitalista — e apresenta-a como infinitamente extensível. A finalidade desta demagogia é levar a classe operária a combater pelo alargamento da "liberalização". Mas, porque isto se passa agora no campo das realidades muito concretas e não das teorias fantasistas da EDE-MRPP, o campo a que o governo pode alargar a "liberalização" é o dos quadros inferiores dos "serviços" e não à classe operária. Ou seja, a EDE-MRPP apresenta à classe operária, ideologicamente, a possibilidade falsa de esta ser incluída no alargamento da "liberalização", com o fim de, na prática, levar o proletariado a lutar para que o governo estenda a "liberalização" aos únicos elementos aos quais esta PODE ser estendida: os quadros inferiores dos "serviços".

Esta subordinação da classe operária aos interesses dos quadros inferiores dos "serviços" quando prosseguida ao nível organizacional já analisado é também justificada ideologicamente. Cinco meses após iniciar a sua actividade editorial, a EDE-MRPP produz uma das formulações mais explícitas da finalidade para que se organizou: "As forças da esquerda estão mais ou menos desarmadas, pelo que as hipotéticas concessões políticas a fazer pelo regime jamais as abrangem (...) A 'liberalização' significa para nós, trabalhadores, estudantes, progressistas, todavia, algo de possível aproveitamento instrumental..." (Nota 16). Ou seja, a condição para que a "liberalização" abranja as "forças de esquerda" é estas organizarem-se. Desde cedo se declara, assim, qual é para ela a finalidade da organização: alargar o âmbito da "liberalização", o que significa, de facto, alargá-la a quem ela pode ser alargada, e isto através da acção organizada dessas "forças de esquerda", o que quer dizer, passando a limpo, de sectores operários mais ou menos vastos controlados pela pequena-burguesia. Podemos ver, assim, a concretização daquela fórmula teórica que expusemos no início, deste artigo: a organização como veículo de uma dada ideologia e de uma prática que se quer prosseguir.

Um dos resultados típicos desta demagogia foi a actuação da EDE-MRPP durante as passadas eleições para deputados. No primeiro número deste jornal, mostrámos como a grande novidade dessas eleições e a sua finalidade

essencial foi a de constituírem a primeira manobra vasta, explícita e generalizada, de aliança entre o marxismo e a social-democracia. Mostrámos também que, impedida pela repressão de defender uma política sua, própria e independente, isto é, uma política comunista, toda a actividade eleitoralista da classe operária só poderia reverter a favor daqueles sectores que tinham a possibilidade legal de defender uma política própria. O proletariado só deverá encarar a possibilidade de participação no acto eleitoral se nele puder defender uma linha política independente, a política comunista. A EDE-MRPP, apelando para um trabalho de "pressão" sobre a lista social-democrata da CDE de Lisboa (Nota 17), quando era completamente impossível à classe operária a defesa de uma política própria, foi um apoio activo da CDE, ajudando-a na sua faina de tentar alargar a "liberalização".

AS MANOBRAS UNIFICADORIAS

Da análise da forma organizacional da EDE-MRPP resultou, pois, que esta prevê, numa primeira etapa, a constituição de uma frente pluri-classista que assumirá a sua expressão mais exacta quando for verdadeiramente uma frente pluri-organizacional. Assim, desde os primórdios da sua existência que a EDE-MRPP nos permite compreender um fenómeno relativamente recente: a tendência para a fusão das diversas organizações representativas dos interesses políticos dos quadros inferiores dos "serviços", ou até mesmo, em geral, representativas de estratos da pequena-burguesia, com aquela que, de entre todas, melhor soube exprimir e sistematizar esses interesses. Ou seja, a tendência para a fusão da EDE-MRPP com os diversos grupos congêneres. É esta a expressão real da primeira fase do referido programa da EDE-MRPP. É claro que a tendência para a fusão é muito mais vindicada em relação àquelas organizações que representam especificamente os interesses de classe dos quadros inferiores dos "serviços", quer dizer que defendem exactamente os mesmos interesses que a EDE-MRPP prossegue; organizacionalmente, todas elas têm como plataforma comum o acusarem de sectarismo, de inacção, de isolacionismo, etc. os comunistas que apresentam como primeira tarefa a organização da vanguarda operária num partido comunista revolucionário sobre a base do socialismo científico e não de uma amálgama ideológica, e os esforços de todas elas concentram-se na tentativa de impedir a organização operária autónoma e independente, defendendo que da amálgama de várias organizações — representativas dos quadros inferiores dos "serviços" — resultaria, na segunda fase do programa, o 'almejado' "partido do proletariado", ou seja, o partido da pequena-burguesia para o proletariado. Mas este processo de fusão irá abranger também organizações cuja base social não consiste nem exclusivamente nem predominantemente nos quadros inferiores dos "serviços", e sim em outros estratos da pequena-burguesia; para isso terão de reconverter certos aspectos da ideologia defendida ou da prática que prosseguem, o que não poderão evitar, pois que todos os estratos da pequena-burguesia sentirão muito fortemente a pressão aglutinadora da camada pequeno-burguesa que maior iniciativa possui, a camada superior dos "serviços".

Das organizações que se integram neste processo reunificatório, aquelas que exprimem precisamente os mesmos interesses de classe que a EDE-MRPP dispensam-se, por isso mesmo, de qualquer análise explícita, ou sequer de uma pura tentativa, da situação portuguesa actual, e toda a sua produção escrita, bem como o fundamental da sua prática política, se resume em acelerar essa fusão. É na reunificação que encontram a sua única razão de ser e o seu principal objectivo. Espectáculo curioso, o de organizações que se criam independentemente com o único fim de se virem a unir! Por isso, não nos espantemos de, através das páginas das suas publicações, encontrarmos só duas coisas: o projecto constante da reunificação e as referências a uma concepção organizacional em tudo idêntica à que analisámos já a propósito da EDE-MRPP.

Ao estudarmos o movimento reunificatório, o que faremos a seguir, não devemos esquecer que as várias organizações buscam o muito claro objectivo final por caminhos bem tortos, o que pode dar ao observador incauto a ideia de que se vão afastar precisamente no momento em que mais perto estão de se unir. É que cada uma procura abordar a reunificação a partir de uma posição de força sobre as restantes, que lhes garanta o controle táctico do processo. Os próximos tempos mostrar-nos-ão a continuação de um baile de passos complicados em que cada grupo pretenderá assegurar-se, para depois da fusão, do controle do maior número de alavancas de comando. Por isso, uma análise circunstancial do movimento reunificatório tem de particular dois pontos: um objectivo final comum e um projecto organizacional idêntico, expressões dos mesmos interesses da mesma classe, com a necessidade táctica que força cada um dos grupos a aproximar-se dos outros por um jogo complicado que pretende dar uma ideia de que é suficientemente "poderoso" para não sentir essa reunificação como uma necessidade urgente. Daqui, essa competição de "prestígios" em que os dirigentes da EDE-MRPP ditam as cartas, essa prática ultra-oportunista e publicitária que consiste em lançar siglas sem conteúdo, em substituir o trabalho de propaganda política por um trabalho de propaganda publicitária, enfim, em divulgar uma organização como quem vende detergentes. Se não tivermos sempre bem presentes estes dois pontos não podemos entender nem a forma como o processo se apresenta num dado momento, nem o seu evoluir.

Convém, ainda, não esquecer que os quadros inferiores dos "serviços", sem a coesão e a homogeneidade que lhes permitem manter uma organização clandestina rigorosa e, por outro lado, situando-se na orla da "liberalização", sem a possibilidade de fundar organizações políticas legais ou praticamente legais, são obrigadas a apoiar-se fundamentalmente no movimento estudantil, cuja actividade se encontra facilitada pela existência de sindicatos legais. Daí que, neste momento, o meio estudantil seja o ponto de convergência organizacional de uma boa quantidade destes grupos.

Vejamos agora resumidamente este processo reunificatório através da posição tomada pelas diversas organizações.

A UEC

Cronologicamente, a UEC (União dos Estudantes Comunistas, já analisada na 3ª parte) foi a primeira organização a encetar a aproximação com a EDE-MRPP, nos tempos em que esta era ainda só EDE, e tal processo está bastante adiantado nalguns sectores. As contradições graves surgidas entre a direcção do CMLP e a UEC, que atrás referimos, tiveram como consequência acelerar este processo de fusão e, simultaneamente, torná-lo bastante irregular, de forma que aproximar-se-ão muito da EDE-MRPP os sectores da UEC em que forem mais agudas as divergências com a direcção do CMLP, manter-se-ão mais afastados aqueles sectores em que estas divergências forem menores. Assim, ao mesmo tempo que a UEC em geral, se aproxima da EDE-MRPP, este processo contribuirá para acelerar a desagregação do CMLP, por um lado, e da própria UEC por outro.

A "Unidade Revolucionária Marxista-Leninista"

Denota a "Unidade Revolucionária" o grande frenesi de aproveitar da "liberalização", de alargar o seu âmbito. Na realidade, ela integra-se plenamente na referida tendência dos quadros inferiores dos "serviços". Ao desenvolver a sua visão teórica do problema sindical, pretende negar a um partido de vanguarda operária o controle de vários campos da actividade sindical, escrevendo, por exemplo, que "nenhum partido ou organização revolucionária deve pretender orientar directamente a actividade sindical ou qualquer outra actividade legal" (Nota 18). É evidente que desta restrição só resultaria a submissão das massas operárias ao domínio ideológico e orgânico da burguesia. Esta negação da necessidade de um partido de vanguarda que controle e oriente todo o movimento sindical, típica do velho sindicalismo anarquista, agora ressuscitado dos sótãos da pequena-burguesia, só servirá para fazer o movimento operário alinhar, não pela vanguarda politizada, mas pela rectaguarda.

Por isso a "Unidade Revolucionária" é coerente consigo própria quando propõe abordar as massas sem ser por intermédio da vanguarda organizada (Nota 19). Pois haverá melhor forma de diluir a vanguarda nas massas mais atrasadas e, fazendo-o, subjugar à burguesia o movimento operário?

A condição organizacional desta actuação prática é, vimo-lo já, a fusão das várias organizações representativas dos interesses desta camada da pequena-burguesia, com base numa amálgama ideológica. É claro que a "Unidade Revolucionária" se apressou a apoiar a tendência unificatória — "... sendo um dos nossos objectivos a fusão dos grupos marxistas-leninistas..." escrevem (Nota 20) — mas, não satisfeita com o defender a fusão das organizações existentes, abre benévola os braços a todas aquelas que possam vir a existir. "Os fundamentos desse novo partido encontram-se já nos movimentos dispersos de doutrinação marxista-leninista. Uma das fases da sua constituição consistirá em aglutinar esses diversos grupos existentes, assim como outros que se venham a criar" (Nota 21). Assim, a "Unidade Revolucionária" vai mais

lênge do que a EDE-MRPP, ao propor a amálgama com as
inógnitas futuras, pretendendo subordinar a clas-
se operária não só aos grupos pequeno-burgueses existen-
tes, como também àquelles que no futuro venham a surgir.

O "Comité Marxista-Leninista de Portugal"

Esta organização resulta em parte de uma cisão verifi-
cada no "Comité Marxista-Leninista Português" do qual se
deve portanto distinguir. Daqui em diante chamaremos CMLdeP
ao "Comité Marxista-Leninista de Portugal" e, como habitu-
almente, CMLP ao "Comité Marxista Leninista Português".

Também o CMLdeP dá o seu entusiástico apoio ao proces-
so reunificatório, em palavras e em actos, estando por ve-
zes mais próximo da UEC do que a própria EDE-MRPP. Levando
às suas últimas consequências as contradições deste proces-
so de fusão, o CMLdeP matutou que, se só depois de criado
o partido se poderia decidir a linha política, e sendo
esse partido o resultado da fusão de diversas organizações
então - oh logicíssima conclusão! - essas organizações não
podiam arrogar-se uma linha política, pois que elas só
existiam enquanto o partido não estivesse criado e, uma
vez criado este, único autor autorizado de uma linha polí-
tica, já essas organizações não existiriam enquanto tais.
E assim, coerente com as suas próprias incoerências, o
CMLdeP declara que: "constitui manifestação grave de mono-
lítico, espírito de grupo e ausência de ligação às massas
a circunstância de qualquer núcleo revolucionário (...) se
arrogar o papel de exclusivo possuidor da linha revolu-
cionária" (Nota 22). Ficamos assim a saber que o CMLdeP,
que segundo todas as aparências pretende ser um grupo re-
volucionário, é desprovido de "espírito de grupo", e
que não se arroga a exclusividade da linha revolucionária,
quer dizer, que admite que outras organizações possam pos-
suir uma linha diferente da sua, mas tão ou mais revoluci-
onária do que a sua. Por isso nos espanta que este mesmo
CMLdeP entre em polémica com tanto vigor na defesa da sua
linha própria, esconjurando, em nome da ausência de linha,
todos aqueles que dizem possuir uma linha política. Pois
não quererá isto dizer que o CMLdeP possui uma linha polí-
tica bem definida, que encontra no eclectismo a sua de-
finição mais precisa? Esse eclectismo, essa amálgama ideo-
lógica, é a ideologia por excelência da pequena-burguesia.
É uma linha política bem definida, tão definida como qual-
quer outra linha política de qualquer outra organização
política. Mas o eclectismo aparece sempre num contexto de
magógico, que consiste em apresentar-se como viável para
todos os objectivos, quando, na realidade, ele tem um úni-
co fim, o de subordinar o movimento revolucionário aos in-
teresses da burguesia.

Esse eclectismo do CMLdeP fá-lo estar de acordo simul-
taneamente, com a generalidade das organizações suas con-
géneres e com outras ainda, e a sua proclamada indefinição
política não o impede de definir muito bem quais as orga-
nizações que por excelência considera votadas à fusão, das
quais salienta a EDE-MRPP, "O Comunista", "A Vanguarda"
(Nota 23) e a UEC (Nota 24), tudo regado com o molho ideo-
lógico do actual CMLP, visto que proclama alto e bom som
"que não regeita (...) os princípios gerais definidos pe-
lo CMLP (...) com quem temos algumas divergências tácticas

(...), apenas tácticas..." (Nota 25). E tanto assim que
se reivindica do projecto de estatutos e do projecto de
programa do CMLP (Nota 26), do qual aliás copia extractos
no seu jornal, embora introduzindo ligeiras alterações
que não assinala (Nota 27), e que parece considerar como
plataforma ideal para a projectada reunificação. Na conti-
nuação deste artigo diremos como o CMLP se não parece co-
mover muito com este namoro, e da grande tristeza que se
apossou do CMLdeP ao dar-se conta de tal friidez.

Se a EDE-MRPP representa a expressão mais sistemática
deste movimento reunificatório, o CMLdeP, com a sua incon-
gruência ideológica, com os seus insucessos práticos, e
com a notável ignorância teórica de que todas as suas pu-
bliicações dão mostra, representa a sua expressão mais ca-
ricatural.

O CMLP

Vimos já, no artigo anterior, que a base social dete-
rminante no CMLP, que só se revela plenamente na acção,
graças, o tornou estreitamente dependente do exterior e
incapaz de se integrar no movimento revolucionário em
Portugal. Tal isolamento é aumentado ainda pelo facto
de essa base social ser distinta da pequena-burguesia
dos "serviços", o que, sob este aspecto, separa o CMLP
de todas as organizações que neste capítulo consideramos.
No entanto, os quadros inferiores dos "serviços" pode-
rão utilizar a base social que o CMLP representa como
veículo para se ligarem a certos sectores do proletaria-
do, e daí o motivo porque as organizações que exprimem
mais típicamente os interesses desses quadros se procura-
rem aproximar do CMLP, ao que este não pode fugir, por-
que a sua base social é politicamente dependente da ca-
mada superior da pequena-burguesia. Esta situação um-
tanto marginal do CMLP relativamente ao processo de fu-
são explica porque é que o CMLP o critica, ou melhor,
critica a organização que encabeça esse processo: a EDE-
MRPP. Mas a verdadeira posição do CMLP só pode ser com-
preendida se analisarmos as características essenciais
da sua crítica.

Em primeiro lugar, o CMLP, que como vimos no artigo
anterior possui da pequena-burguesia uma visão completa-
mente deformada, sendo portanto incapaz de ver na "libe-
ralização" a aliança entre a social-democracia e os mar-
celistas, é por isso mesmo incapaz de localizar a EDE-
MRPP no processo unificatório que ela pretende dirigir
no verdadeiro terreno em que se situam, o terreno da "li-
beralização". Assim, o CMLP não consegue fazer uma ver-
dadeira crítica à raiz das posições da EDE-MRPP. Já
nos tempos em que a EDE não tinha ainda parido o seu
"movimento reorganizativo", o CMLP, ao tentar encetar
uma polémica com ela, não conseguiu praticamente mais
do que reafirmar dogmáticamente as grandes qualidades
que pretende possuir e revelou-se completamente incapaz
de situar a EDE no jogo político português (Nota 28). As-
sim, aquilo que deveria ser uma luta política, isto é,
uma luta entre duas linhas políticas, foi transformado
num mero conflito entre organizações, conflito oportu-
nista porque não era a expressão de um combate político,
mas sim competição, a concorrência entre duas organiza-
ções.

ções, cada uma pretendendo-se mais eficaz do que a outra, mas apresentando de facto essa eficácia como resultado de condições meramente organizacionais, independentes de uma análise política científica. Esta transformação da luta política em concorrência, expressão do oportunismo na polémica, é ainda mais clara num comunicado do CMLP sobre a EDE-MRPP (Nota 29). Desesperado pelo isolamento cada vez maior em que se encontra, pelas múltiplas cisões, que desistiu já de tornar públicas, pela desagregação, o CMLP abandona completamente o campo político nesta polémica e resume-se a apresentar-se como uma organização forte contra outra (a EDE-MRPP), que é dada como fraca (Nota 30). É isto o essencial da argumentação do CMLP, para além de todas as afirmações "de princípios" que, como de costume, ocupam grande espaço nas publicações dos dogmáticos, mas que se restringem oportunamente a afirmações sem valor prático. Os princípios políticos, formulados dogmáticamente, têm nos seus textos um valor acessório, servem somente para camuflar uma actividade prática oportunista e cada vez mais se transformarão de acordo com essa prática. A melhor demonstração do oportunismo político do CMLP nesta polémica, a melhor prova de que o CMLP se pretende somente apresentar como uma organização mais eficaz do que a EDE-MRPP, mas sem que entre ambas haja uma diferença política fundamental, é que o próprio CMLP diz que em geral, as suas análises são idênticas às da EDE-MRPP. Isto só poderá espantar quem ignore que a violência verbal do CMLP, de que o citado documento é mais um exemplo, tem por única função encobrir uma ideologia oportunista e uma actividade prática grandemente conciliatória. Esta identidade de análises entre a EDE-MRPP e o CMLP é claramente afirmada por duas vezes: "Apesar das citações de Mao-Tsé-tung e de Staline feitas no 'Bandeira Vermelha', apesar de todas as críticas justas feitas à direcção do P.C.P. (críticas essas que não passam de uma repetição de parte das críticas que o C.M.-L.P. tem vindo a fazer), embora digam estar de acordo com a linha geral definida pelo C.M.-L.P. (...) Apresentando-se agora como defensores daquilo que outros têm vindo a defender (no 'Bandeira Vermelha' não dizem nada de essencial que o C.M.-L.P. não tenha dito e, inclusivé, nalgumas partes — nas referentes à história do P.C.P. — nota-se facilmente o plágio de certas análises contidas nos números de 'Revolução Popular')..." (Nota 31). Por esta forma, torna-se claro que o CMLP começa a abandonar a luta política para se apresentar como o melhor executante de um programa que, no essencial, é também o da EDE-MRPP. Veremos em seguida que é o mesmo processo polémico que Cunhal hoje usa. Mas a indigência do CMLP restringe as consequências práticas de uma actuação que, quanto a Cunhal, tem repercussões mais vastas e importantes. Muito sugestivamente, a EDE-MRPP, na resposta a este comunicado do CMLP, ou no que lhe serve de resposta, não nega aquela identidade de análise entre duas organizações que se pretendem rivais (Nota 32). Cimenta-se, assim, um terreno ideológico comum a ambas, o que terá consequências curiosas.

Ao considerar a sua análise como idêntica, no essencial, à EDE-MRPP, o CMLP está a lançar as bases de uma identidade política com essa outra organização, e acentua

unicamente diferenças de eficácia organizacional. Ora, para que se possa manter nessa posição, necessário é que a "eficácia organizacional" do CMLP se afirme na prática, o que não acontecerá, dada a desagregação cada vez maior das suas fileiras. Por isso, no momento em que a identidade política prevalecer sobre as diferenças secundárias de técnica organizacional, o CMLP, ou extinguir-se-á (quer desaparecendo, quer reduzindo-se a uma vida meramente vegetativa) ou, após profundas remodelações de direcção, virá a integrar-se no processo unificatório. Dadas as circunstâncias actuais, a primeira hipótese parece-nos a mais provável.

Mas, evidentemente que não é hipótese do agrado da actual direcção. Por isso, colocados perante a concorrência da EDE-MRPP, por um lado, perante a sua própria incapacidade de actuação prática, por outro, o CMLP prosseguiu pela única via que se lhe oferece: a invenção dessa prática inexistente. E, em matéria de falsificações e de triunfalismo, os dirigentes do CMLP atingiram tais esmeros que o oportunismo imaginoso da EDE-MRPP parece não passar de brincadeira de principiantes. O CMLP deixou já muito atrás os voos fantasistas dos "muitos milhares de trabalhadores" que "compreenderam as palavras de ordem do C.M.-L.P. e acataram-nas" (Nota 33). Lançaram-se, agora, a uma obra mais importante, que exige invenção mais apurada. É da própria criação de um Partido que se trata. Para os comunistas, o partido significa a organização da vanguarda operária. Para o CMLP a formação de um partido depende de um critério formal que permita à direcção "criá-lo" — ou seja, baptizar de "FCPm-1" o CMLP — quando isso melhor convier ao seu oportunismo. Esse critério foi exposto pouco depois do início da actividade da actual direcção do CMLP: "Quais as condições mínimas a reunir para cumprir tal tarefa (a da "reorganização do Partido"; nota nossa)?" perguntam, e enunciam tais condições. A primeira, a "unidade ideológica na base do marxismo-leninismo"; a segunda o estabelecimento de "laços orgânicos sólidos"; a terceira, a existência de uns "Estatutos"; a quarta, a existência de um "Programa"; a quinta, "que exista um aparelho político formado por uma gama de quadros operários à altura de tomarem em mão a direcção do Partido"; enfim, "que estejam organizados os principais Comitês Regionais do Partido, aptos a funcionar" (Nota 34). Quanto à radicação na vanguarda proletária, isto é, quanto à existência efectiva desse partido e à sua existência enquanto partido operário, nada! Mas nem estas seis condições, que incluem "comitês regionais" completamente isolados da vanguarda operária dessas regiões, foram os dirigentes do CMLP capazes de reunir. E o tempo urge, a EDE crismava-se de MRPP, a UEC dela se aproximava, o processo de fusão desenvolvia-se, e os dirigentes do CMLP, cada vez mais acoçados pelas cisões, e pela desagregação que roe o seu movimento, incapazes pelas suas contradições ideológicas de prosseguir uma actividade prática efectiva, enveredam pela fantasmagoria pomposa e solene — com um fundo de cinco retratos e duas faixas verticais vermelhas, na sua narração pitoresca (Nota 35) — e convertem à pressa uma antiga conferência de quadros em "congresso" fundador do partido. Podia ser uma mentina perigosa, se a credibilidade do

CMLP atingisse mais do que uma meia dúzia de imaginações delirantes. Mas o próprio, e confessado, desnaturalização da vanguarda operária torna a falsificação inofensiva embora ridícula.

Ridícula, mas eficaz para os objectivos visados pelos dirigentes do CMLP. É só por isto somos obrigados a prestar atenção a este caso. É que o partido cuja criação constitui o objectivo do movimento reunificatório é também decidido por um critério formalista, pelo acordo de cúpula entre os dirigentes de cada grupo, e não pelo critério real que é a inserção de um movimento na vanguarda operária. Sob este aspecto, o processo unificatório é um jogo em que todos os intervenientes estão sujeitos às mesmas regras, determinadas pelo próprio processo, a saber, as regras do formalismo na fundação do partido. Contestá-las seria pôr em causa o próprio jogo e, consequentemente, sair dele, o que nenhum dos parceiros quer, nem pode, fazer. É esta a razão porque o CMLP, elevando essas regras ao seu expoente máximo de formalismo, cria um "congresso" sobre a falsificação de uma conferência e declara que o partido está fundado, que ele o fundou. Pretende assim centralizar o processo de fusão, tentando isolar aquelas organizações com força suficiente para vir a controlar maioritariamente as avançadas de comando do "partido reunificado". E a isto que podem responder as outras organizações integradas no processo reunificatório? Desmascarar o formalismo da decisão do CMLP, dizer que o seu "partido" é uma palavra ôca que não corresponde a qualquer realidade? Mas isso é tática perigosa, porque se veriam então obrigados a dizer em que realidade se apoiam, contribuindo assim para patentear melhor que não se apoiam — enquanto "partido" — em realidade nenhuma. É com certeza a tática que seguirá a EDE-MRPP, confiada nas virtudes mágicas do seu triunfalismo e na sua capacidade pretensamente inesgotável para enganar o público. Mas, fazendo-o, a EDE-MRPP não conseguirá limitar-se a desvendar as falsificações do CMLP, e contribuirá para desmascarar o próprio processo de falsificação que está na base do movimento reunificatório, desmascarando-se a si própria por ricochete e agravando as contradições em que se debate. A outra posição possível é a do inteiro respeito pelo formalismo da jogada, a sujeição à iniciativa do CMLP, o levar a sério o partido que ele inventou. É claro que é a posição do CMLdeP, que parece estar fadado, em tudo isto, para assumir as facetas mais caricaturais do processo unificatório dos diversos grupos representantes dos quadros inferiores dos "serviços". O CMLdeP aceitou inteiramente o carácter puramente formal do "partido" inventado, limitando-se a carpir o facto de não ter podido colaborar na invenção. Será que esta é uma das "divergências tácticas (...), apenas tácticas" que o distingue do CMLP? O certo é que, depois de "ordenar a todos os militantes que se abstenham de qualquer hostilidade para com o grupo promotor da iniciativa em causa", o CMLdeP declarou que, junto com a "Unidade Revolucionária", vai convidar os restantes grupos que se integram no processo de fusão a conferenciarem para "definir uma posição comum face a esta medida" (Nota 36). E assim vão caminhando na cauda de uma sombra pelo menos duas organizações que se pretendem reais!

Talvez isto parecesse inverosímil a quem o não presenciasse. De qualquer modo, as peripécias do movimento de reunificação ilustram bem a impotência política da pequena-burguesia e as contradições em que se debate. E ainda agora a precissão vai no adro!

"O Comunista"

Se tivermos o cuidado de recordar aquilo que na segunda e terceira partes desta série de artigos discutimos sobre "O Comunista", tanto quanto aos interesses da classe que prossegue como quanto à ideologia que elabora, concluiremos que é presumível a sua integração no processo unificatório. A base social em que se apoia consiste num estrato da pequena-burguesia que está na dependência directa da camada superior dos "serviços" e, por isso, se integra na sua órbita política. Já em Outubro de 1970, se podiam encontrar em O Comunista referências positivas ao movimento de fusão (Nota 37). Essa posição é agora expressa por um modo que não deixa lugar a dúvidas, quando "O Comunista" declara que certas organizações do interior, que não nomeia, desenvolvem uma linha que seria a sua se ele actuasse no interior (Nota 38). A conclusão lógica deste substitucionismo é, evidentemente, que "O Comunista" se procura unificar com esses irmãos gémeos. No entanto, "O Comunista" não o poderá fazer sem proceder à remodelação de alguns pontos da sua ideologia, nomeadamente no que se refere às acções armadas. Os próximos tempos serão decisivos a este respeito.

"A Vanguarda"

Quanto a "A Vanguarda", a sua vocação centrista, cujas razões já analisámos atrás, fá-la-ão sentir-se atraída por todas as agregações, federações, fusões e amalgamas de tendências. Por isso, é perfeitamente natural a sua inclusão neste processo.

Uma manobra demagógica: a "reabilitação" de Campos

Estas organizações em cio de fusão procederão a uma amálgama ideológica, consequência da amálgama organizacional que programam. A selá-la surge, como cúpula, a ideologia da FAP-CMLP, personificada em Campos (Nota 39). Não é um acaso nem uma manobra táctica. Mostrámos nos artigos anteriores como essa ideologia, sem uma compreensão científica do processo da luta de classes, se limitou a representar uma fase desse processo, esclerosando quando ela se extinguiu. A ideologia de Campos não é hoje mais do que uma degenerescência dogmática, que encobre com formulações mumificadas as mais diversas acções práticas dos seus sucessores. Por outro lado, Campos foi o dirigente de uma fase em que "a esquerda de Cunhal", por razões já analisadas, não se desagregara ainda. Agora, que todas estas organizações, que se pretendem "à esquerda de Cunhal", preparam a sua unificação, é na memória de uma origem comum que vão encontrar o símbolo da fusão de hoje. Assim, Campos, que enquanto expressão de uma tendência viva da vanguarda operária

foi outrora símbolo de uma radical nitidez de posições torna-se hoje, no seu declínio, a cobertura para uma amálgama eclética de organizações difusas.

Esta questão não teria uma importância especial, se Campos não tivesse traído na polícia, aquando dos seus interrogatórios. Essa traição foi particularmente grave pelo facto de Campos ser, na altura, o maior dirigente revolucionário português, aquele que maiores obrigações assumira perante a classe operária. E foi deste modo que a direcção do CMLP que se seguiu a estas prisões considerou a questão. "O passado e as pesadas responsabilidades de Francisco Martins Rodrigues (Campos)" escreve o secretariado do CMLP em Agosto de 1966, "antigo membro do Comité Central do PCP (reviscionista), um dos fundadores da FAP e do Comité Marxista-Leninista, que deu uma contribuição notável à elaboração de uma linha revolucionária em Portugal e por isso assumiu uma destacada posição dirigente, faziam supor que este militante cumpriria até ao fim os seus deveres e saberia, mesmo perdendo a liberdade e a vida, honrar o glorioso nome de comunista. Assim não sucedeu. Dando provas de uma fraqueza inadmissível em qualquer anti-fascista e extremamente grave quando se atenta nas suas extremas responsabilidades perante a classe operária portuguesa e o movimento comunista internacional, Francisco Martins trafu os mais elementares deveres de comunista denunciando camaradas, contribuindo para o desmantelamento da FAP, vibrando um golpe fundo na confiança dos militantes, acentuando a desmoralização da classe operária, já tão abalada por tantos erros e traições. O Comité Marxista-Leninista não aceita qualquer atenuante para o comportamento de Francisco Martins e considera que a sua traição é das piores do movimento operário português, pois a tarefa da reconstrução do Partido Comunista (marxista-leninista) e do desencadeamento da luta armada, os problemas da conquista do poder e da ditadura do proletariado, exigem um comportamento exemplar, mesmo perante as piores torturas, sejam elas quais forem. Assim, consciente das consequências que este golpe terá sobre a classe operária, o Secretariado do CMLP entende não ocultar aos seus militantes nem ao povo português a verdade sobre este caso, cuja extensão não está ainda inteiramente averiguada, mas que, perante os conhecimentos que já se possuem, atinge proporções graves. Decidiu portanto o Secretariado do CMLP: a) a expulsão imediata do CMLP de Francisco Martins e de todos os militantes que não tenham tido um comportamento irrepreensível perante o inimigo; b) recusar qualquer explicação subjectivista e pequeno-burguesa que tenda a diminuir a gravidade do caso; c) julgar Francisco Martins com toda a severidade" (Nota 40). Esta posição correcta integra-se, aliás, dentro do que a FAP-CMLP estipulava durante o período da direcção de Campos; num documento daquela época podemos ler: "A todos os elementos fracos há que expulsá-los do Partido e não voltar a readmiti-los, ao contrário do que tem sido norma. Um elemento que presta declarações à PIDE não é um comunista e como tal deve ser tratado" (Nota 41).

O processo de unificação das diversas organizações

pequeno-burguesas à sombra da ideologia esclerosada da FAP-CMLP, implica a manobra da "reabilitação" de Campos. Mas como a traição de Campos é um facto inconteste, e como estas organizações não se atrevem ainda a negar explicitamente a gravidade das denúncias na polícia, essa "reabilitação" é por agora prosseguida dissimuladamente. Oralmente todas as organizações que referimos neste capítulo tentam preparar o terreno para essa reabilitação e algumas delas fazem-no já nas suas publicações. Ressalve-se uma única excepção a de "A Vanguarda" (Nota 42). "O Comunista" procura diminuir a gravidade dessas denúncias (Nota 43) e o CMLP sobressai nestas manobras "reabilitatórias". Por seu lado o CMLP foi o precursor destas manobras, além do mais porque, no seu dogmatismo, é incapaz de separar a ideologia de Campos, da qual se pretende formalmente o continuador, da pessoa de Campos (Nota 44).

No entanto, o facto mais grave neste processo consistiu numa falsificação deliberada, que não podemos deixar de assinalar. Se Campos não parece ter uma noção exacta da gravidade da traição que cometeu (Nota 45), Ruy d'Espiney, outro dirigente da FAP-CMLP que também prestou declarações na polícia, mostrou no tribunal uma atitude correctíssima ao dizer: "...o que, na verdade, lamento, é a responsabilidade que me cabe por haver falhado na PIDE— responsabilidade que o facto de ter conseguido (a certa altura) recuar na via da derrota por que enveredara, só agrava, na medida em que, se pude sair de uma posição de fraqueza, mais fácil se tornava não ter caído nela! Daqui resulta, aliás, a única acusação relacionada com todo este processo para que não encontro defesa... E, no entanto, é precisamente essa a acusação que mais gostava de poder rebater, pois é ela que me tira a qualidade de que mais me orgulhava: a de ser um militante comunista! As outras acusações, feitas por este tribunal—cujo juízo me é de todo indiferente—roubam-me a liberdade por vários anos, obrigam-me a continuar a sofrer a perseguição de directores de cadeia, como o que me prometeu, por várias vezes, a liquidação física antes de terminar a pena... Mas que vale isso comparado com o facto de deixar de ter a honra de poder servir a vanguarda do proletariado e do povo trabalhador de Portugal?!" Numa edição desta defesa de Ruy d'Espiney no tribunal plenário, feita pelo "Comité contra a repressão em Portugal" o texto de d'Espiney é deliberadamente falsificado. Assim, onde escreve "militante comunista", o Comité contra a repressão em Portugal "acrescenta, de sua lavra, "militante comunista integral" e ou prime, pura e simplesmente as frases que se seguem, ou seja, cortando todo o texto desde "As outras acusações" até "povo trabalhador de Portugal"! (Nota 46). Esta falsificação incidiu, aliás, não só sobre o texto editado mas também sobre o próprio manuscrito de d'Espiney, o que não impede o "Comité contra a repressão em Portugal" de declarar, desafortadamente, que publica as defesas "na íntegra" (Nota 47). Talvez estes falsificadores tivessem pretendido assim reabilitar Ruy d'Espiney. Na realidade, ao ocultar a posição correcta e clara de d'Espiney, ao impedir que essa posição seja conhecida, o "Comité contra a repressão em

Portugal" cobre-se de ignomínia e demonstra que nenhum dos seus componentes, se viesse a prestar declarações, na polícia, teria a coragem de tomar a posição honesta e desassomburada que Ruy d'Espiney tomou. Será a auto-crítica de d'Espiney, e não as falsificações do "Comité contra a repressão em Portugal", que ficará para o movimento revolucionário português como modelo da posição que deve tomar um antigo militante que denunciou na polícia.

É sobre estas "reabilitações" demagógicas, é sobre estas torpes falsificações que os nossos reunificatórios têm de assentar a sua actividade ideológica. A desonestidade dos processos diz do carácter "revolucionário" das posições que assumem.

A FPLN

O que mostra a força desta tendência unificatória, é que, ao mesmo tempo que se prossegue a actividade descrita, outros políticos, representantes da mesma tendência dos quadros inferiores dos "serviços", lançando-se de um outro ponto de partida, desencadeiam um processo idêntico. Referimo-nos ao novo rumo tomado pela FPLN (Frente Patriótica de Libertação Nacional).

A FPLN foi fundada numa conferência realizada de 19 a 21 de Dezembro de 1962, englobando, além do partido revisionista, diversas correntes da burguesia liberal, desde a ala direita (Directório da Acção Democrático-Social, expressão da Maçonaria na Oposição) até à ala radical, de feição delgadista. Na realidade, o Directório não se integrava directamente na FPLN, mas por intermédio da sua organização no exterior, a Resistência Republicana (RR). A FPLN foi a última expressão organizacional da antiga "política de unidade", e atingiu o seu apogeu entre a 2ª e a 3ª Conferências, ou seja, de Janeiro a Outubro de 1964. Foi na 2ª Conferência, em Janeiro, que se criou a Junta Revolucionária portuguesa, órgão supremo da FPLN, cuja presidência foi entregue ao general Humberto Delgado. Durante esse período a FPLN integrava o partido revisionista, a Resistência republicana (pelo Directório), os delgadistas e múltiplas "personalidades" políticas, recebendo ainda o apoio declarado da própria FAP. O agravamento das contradições entre a ala direita da burguesia liberal, que depositava as suas esperanças políticas num golpe militar feito a partir do interior do regime pelo marechal Craveiro Lopes e pelo general Botelho Moniz, e a ala radical da média burguesia e da burguesia pequena, que confiava num golpe militar feito a partir do exterior do regime e chefiado pelo general Delgado, levou ao rompimento da "unidade". Em 26 de Julho de 1964, Delgado demite os restantes membros da Junta Revolucionária — Piteira Santos, Ruy Cabeçadas (social-democrata), Tito de Moraes (RR) (Nota 48), e Pedro Soares (partido revisionista) — e substitui-os por elementos da sua facção. O partido revisionista defendeu, nesta disputa, os interesses da ala direita da burguesia liberal, rompendo as hostilidades contra o general Delgado e os delgadistas, e a-

poiou activamente o golpe abortado de Craveiro Lopes e Botelho Moniz. Formalmente a crise foi resolvida em Outubro, no 3º congresso da FPLN, que consagrou o rompimento com a ala radical, aceitando no entanto, para compensar, a integração na Frente do Movimento de Acção Revolucionária (MAR), grupo de curta vida que englobava especialmente quadros inferiores dos "serviços" e intelectuais "progressistas". Os antigos componentes da Junta Revolucionária são reconduzidos no seu lugar, excepto o general, claro, que abandonou a Frente Patriótica de Libertação Nacional para fundar, com os seus seguidores, a Frente Portuguesa de Libertação Nacional, que se extinguiu após o seu assassinato. Mas, a partir de então, a evolução da luta de classes em Portugal saía pela própria base a política de que a FPLN era expressão.

Na altura da sua criação, a FPLN representou organicamente a sujeição do proletariado aos interesses da burguesia liberal, prosseguida pelo partido revisionista através da "política de unidade". Analisemos atrás, e para lá remetemos o leitor, as razões porque esta antiga "política de unidade" se extinguiu da cena política portuguesa. A partir do momento em que essa política de unidade entrou em declínio, a FPLN perdeu a razão de ser, e só por ter a sede no estrangeiro, fora do alcance da repressão, e por prosseguir uma actividade de publicitária em prol do partido revisionista, é que continuou a existir, ou melhor, a vegetar. Tratava-se de um certo número de políticos sem qualquer base social própria, que alugavam os seus poemas a sua voz e a sua desonestidade ao comité central revisionista. O antigo radicalismo da burguesia média e pequena extinguiu-se de todo com a evolução do processo económico, em que estas camadas da burguesia ficaram inteiramente sujeitas à condução política dos monopólios; e essa mesma evolução económica retirou qualquer peso político ao sector da pequena burguesia anterior ao modo de produção capitalista, que constituira um dos grandes apoios do radicalismo delgadista ou galvanista. Os antigos sectores sociais que apoiavam a FPLN escapando ao controle directo do partido revisionista, achavam-se agora reduzidos à nulidade política e os membros da Junta Revolucionária vêm-se desprovidos de uma base social que lhes sirva, convertidos em dirigentes a alugar, de empregados condottieri do "socialismo humano". Ao lirismo político de uns e ao carreirismo de todos depara-se a subordinação eterna ao partido revisionista, sob a honrosa forma de aliados decorativos, ou a tentativa de imporem os seus serviços àquela camada da pequena-burguesia cuja ascensão económica possibilita uma certa iniciativa política. E foi o que fizeram. Procurando corresponder à nova tendência dos quadros inferiores dos "serviços", a FPLN afasta-se do partido revisionista para tentar criar uma organização que, ultrapassando o aparelho do partido de Cunhal, procure controlar directamente certos sectores operários, segundo a orientação da pequena-burguesia. Pode aqui ver-se a demagogia do partido revisionista, que até ao momento da cisão apresentava a FPLN como altamente representativa e que só verificada a ruptura parece ter constatado que "em Portugal, como qualquer português sabe, a FPLN

já há vários anos não tem quaisquer organismos próprios, nem propaganda própria", e que um dos dirigentes da FNLP, Piteira Santos, ex-membro do partido revisionista, foi "sancionado em 1945 por indisciplina partidária e mais tarde expulso do PCP ao ter-se conhecimento exacto das suas declarações que prestou à polícia, quando preso naquela data, acerca da actividade do Partido e da sua Direcção". O partido revisionista aproveita-se da demagogia e do oportunismo enquanto lhes serve. Quando deixa de lhes servir, "descobre" então que os demagogos e os oportunistas, oportunistas. No final de contas, quem, de todos, será o maior oportunista e demagogo? São uns maiores do que os outros!...

Tal como as organizações atrás analisadas, também a FNLP programa uma vasta frente que englobe várias classes, "uma organização de operários, camponeses, estudantes e intelectuais progressistas..." e que assumiria organizacionalmente uma forma imprecisa. "A Frente Patriótica de Libertação Nacional não pretende impôr um esquema de organização rígido e único" dizem, e explicam melhor: "Segundo os sectores e as regiões, a organização deverá tomar aspectos distintos, adoptará formas variadas". Assim, por um lado a hegemonia da classe operária não poderia ser mantida nessa Frente, visto que, inorganizada a sua vanguarda, fica o proletariado sob o inteiro domínio ideológico, orgânico e tático, da burguesia. Por outro lado, renunciando implicitamente à construção de uma organização fundamentalmente clandestina, a pequena-burguesia da FPLN mostra a sua incapacidade para sustentar uma base clandestina e a sua determinação de cingir o movimento, desde o início ao terreno consentido pela "liberalização".

Mas, partindo do estrangeiro e com nenhuma, ou pouca, radicação em Portugal, a FPLN "nova vaga" não conseguirá prosseguir o movimento unificador que se propõe e será ultrapassada, ou desde o início que já o foi, pelo processo de unificação que tem como eixo a EDE-MRPP. Aprenderá à sua custa que das ondas curtas não surgem, por milagre vastas organizações.

OS QUADROS INFERIORES DOS "SERVIÇOS" TENTAM PRESSIONAR O GOVERNO ATRAVÉS DE ACCÕES BOMBISTAS

Paralelamente à tentativa de controle directo de sectores operários através de uma organização política própria, a pequena-burguesia que compõe os quadros inferiores dos "serviços" procura, mediante acções violentas, pressionar os governantes para que estes lhes alarguem a aliança estabelecida organizacionalmente com os quadros superiores.

É dentro desta linha política que devemos enquadrar as acções da ARA (Acção Revolucionária Armada) e das "Brigadas Revolucionárias". Organizacionalmente, distingue-as o facto da primeira se ligar ao partido revisionista ou, com mais exactidão, a uma das tendências desse partido, como à frente veremos, e a segunda, à FPLN. Ideologicamente, nada as distingue. As acções de ambas têm uma característica essencial: nunca se ligam com a luta da classe operária contra o capitalismo. Pelo contrário, a prá-

tica da ARA e das "Brigadas Revolucionárias" aparece sempre exterior à luta anti-capitalista da proletariado. Não se trata, para eles, de, a partir da luta operária contra o modo de produção capitalista, centrada nos locais de produção, nas fábricas, desencadear acções subversivas e insubordinadas, que seriam expressão da radicalização do movimento de massas e que estariam protegidas da repressão por esse próprio movimento de massas. Isoladas da luta da classe operária contra o capitalismo, as acções bombistas da ARA e das "Brigadas Revolucionárias" nunca poderão pôr em causa a própria base que sustenta o Estado burguês, e por isso mesmo nunca conseguirão ultrapassar os limites impostos pela burguesia, podendo servir para pressionar o governo de Marcelo, mas nunca para destruir o governo da burguesia.

Mais ainda. As acções da "Brigadas Revolucionárias" e da ARA não só são exteriores à luta da classe proletária contra o modo de produção capitalista, como nunca visam o capitalismo, dirigindo-se sempre contra o aparelho militar. Esta distinção cuidadosa, que a repetição das acções mostra não ser ocasional, assenta numa concepção ideológica que separa a guerra colonial do capitalismo, pretendendo combater aquela, mas não este. Tal concepção tem a sua origem na posição de classe destas organizações. Como no capítulo imediatamente a seguir analisaremos esta questão, limitamo-nos agora a chamar a atenção para ela, reservando para depois um seu estudo mais profundo.

O uso da violência, por si só, não define nem o marxismo nem qualquer outra linha política. Todas as classes e todas as tendências políticas, terão de empregar a violência quando a tal as obrigar a evolução da luta, e isto independentemente do fraseado pacifista que possam até então ter usado. Mas para nós, comunistas, as acções violentas devem ser a expressão do crescimento da luta da classe operária contra o capitalismo. Por isso, a violência revolucionária está intimamente ligada com o combate do proletariado contra a burguesia, ela é uma expressão superior da contradição que opõe o operariado à classe burguesa e só pode ter como base a luta das massas operárias contra a burguesia. Ao isolarem-se dessa luta, a ARA e as "Brigadas Revolucionárias" definem por isso mesmo os seus objectivos. Não pretendem reforçar o combate do proletariado contra o modo de produção capitalista, mas somente obter do governo capitalista um certo número de concessões.

Esta identidade ideológica entre as duas organizações é expressão eloquente dos motivos que as levaram a separar-se. Trata-se de uma concorrência no puro plano organizacional, que a comunhão ideológica entre ambas converte numa luta cada vez mais oportunista. As "Brigadas Revolucionárias" (ou seja, a FPLN "nova vaga") e a ARA (quer dizer, o radicalismo cunhalista) transplantam para o seu campo específico de actuação o mesmo tipo de polémica que existe entre as organizações que lhes deram a paternidade. Veremos na continuação deste artigo como a razão da luta de Cunhal contra o movimento reunificador consiste no facto de que Cunhal pretende impôr aos quadros inferiores dos "serviços" o aparelho do seu partido como o instrumento necessário para controlarem sectores operários, pelo que tem de lutar contra toda a con-

concorrência neste campo, para guardar para si o exclusivo na meritória tarefa de subordinar à pequena-burguesia a classe operária. O mesmo se passa nas acções bombistas com que essa pequena-burguesia procura pressionar o regime. A ARA e as "Brigadas Revolucionárias" não se disputam em nome de diferentes interesses de classes antagónicas, mas enquanto que pretendem melhores executores dos mesmos interesses de uma só classe bem precisa: os quadros inferiores da camada superior dos "serviços".

E é por isso que, nos vários reunificatórios, ^{alguns} se criticam a ARA, por vezes mesmo invocando argumentos ideológicos, todos evitam cuidadosamente as críticas às "Brigadas Revolucionárias", ligadas à unificatória FPLN "nova vaga", o que nos diz suficientemente do real significado dos princípios ideológicos invocados.

DIFERENTES POSIÇÕES QUANTO A GUERRA COLONIAL

A ideologia dos quadros inferiores dos "serviços" centra-se, hoje, numa questão essencial, e que por isso temos que analisar com certo detalhe. Trata-se de um determinado tipo de oposição à guerra colonial. Para melhor compreender este ponto, vejamos as principais formas de oposição à guerra colonial por parte de diversas classes em jogo.

Os quadros superiores dos "serviços", designados vulgarmente por "tecnocratas", defenderiam em princípio o fim da guerra e a passagem a um regime neo-colonial, isto é, em que as colónias obtivessem uma independência política formal, permanecendo sob a mesma dependência económica. Mas os "tecnocratas" não ignoram que a indústria capitalista portuguesa é incapaz actualmente (tal como será no futuro, mas aqui já se iludem os nossos fantasiosos "planificadores"...) de sustentar, em neo-colónias politicamente "independentes" e cujas barreiras alfandegárias não seriam já controladas pela administração portuguesa, a concorrência do imperialismo. Além desta razão principal, temem secundariamente, no plano político, as consequências que lhes adviriam do regresso de cerca de 400 mil ex-colonos médios e pequenos, sem possibilidade de se integrarem no âmbito reduzido do capitalismo metropolitano e que viriam a constituir a base de classe ideal para o surgir de bandos fascistas. Assim, a camada superior dos "serviços" sacrifica os seus "princípios" ideológicos neo-colonialistas a um realismo prático inteiramente colonialista e colabora activamente na política de guerra do governo. Se a guerra é, das opções possíveis, a mais favorável, ou a menos desfavorável à grande indústria capitalista portuguesa, é-o também à "tecnocracia", cujos interesses fundamentais coincidem com os daquela (Nota 52).

Para o proletariado, pelo contrário, a guerra, auxiliando o desenvolvimento da indústria capitalista, acentua a exploração da classe operária. Por outro lado, explorando mais rentavelmente a classe operária, pode o capitalismo prosseguir com maior fôlego a guerra. E, pela guerra, o capitalismo pode continuar a sobre-exploração dos trabalhadores africanos, e agravá-la, com o que subsidiará a própria guerra e a repressão exercida sobre a classe operária metropolitana. É este círculo que liga inexoravelmente os interesses do proletariado português aos dos trabalhadores e

dos povos africanos, fazendo com que ambos tenham o mesmo inimigo comum e que ambos sejam estreitamente solidários na luta contra esse inimigo comum. Mas o importante é notar que no centro desta análise da guerra colonial está a contradição burguesia/proletariado. Para a classe operária, é a contradição burguesia/proletariado que determina a outra contradição colonialismo/lutas de libertação. Assim, qualquer análise das lutas de libertação dos povos coloniais que não tem em conta que a contradição central e determinante é a que opõe o proletariado à burguesia, não pode ser senão uma análise superficial e, por isso, falsa, visto que é incapaz de explicar tanto a totalidade do fenómeno como o seu aspecto determinante.

Ora, é precisamente este tipo de análise o efectuado pelos quadros inferiores dos "serviços". Isso provém da sua situação de classe no processo de produção capitalista. Vejamos:

No modo de produção capitalista, o proletariado é a classe produtora, porque é ela que produz a mais-valia, isto é, o valor daquelas mercadorias produzidas pelo operário, que excedem o valor do seu salário, pelas quais o operário nada recebe e de que o capitalista, proprietário dos meios de produção, se apropria. "É sobre esta espécie de troca entre o capital e o trabalho que se fundamenta a produção capitalista" (Nota 53): Só o proletariado, portanto, executa trabalho produtivo, ou seja, é produtor de mais-valia. Por isso, só o proletariado pode ter consciência da contradição determinante do modo de produção capitalista, da contradição em que se fundamenta toda a sociedade burguesa — a contradição burguesia/proletariado, que opõe a classe que se apropria da mais-valia à classe que produz essa mais-valia. Assim, no caso específico que estamos agora a considerar, também a classe operária é a única que pode ter consciência de que a contradição determinante da guerra colonial é a que opõe à burguesia o proletariado.

A pequena-burguesia dos "serviços", pelo contrário, não sente no seu trabalho esse tipo de exploração capitalista. "... o (seu) trabalho é comprado não para ser substituído como factor vivo ao valor do capital variável e incorporado no processo de produção capitalista, mas para ser consumido como valor de uso, como serviço (...). O seu trabalho é então consumido de modo improdutivo como valor de uso, e não produtivamente, como fonte de mais-valia. O capitalista não o defronta enquanto capitalista, enquanto representante do Capital; é o seu lucro que, sob forma de dinheiro, troca pelo trabalho, e não o seu capital" (Nota 54). Acerca dos quadros comerciais, diz Marx (mas isto deve ser aplicado à pequena-burguesia dos "serviços" em geral, ou seja, ao conjunto dos quadros técnicos, comerciais e financeiros, como bem notam os autores de *Les étudiants, les cadres et la révolution*, Paris 1969, p. 10): "A despesa com estes assalariados, se bem que represente um salário, distingue-se do capital variável gasto para comprar trabalho produtivo. Ela aumenta as despesas do capitalista industrial, a massa do capital a adiantar, sem aumentar directamente a mais-valia, porque se trata de uma despesa ou de um trabalho consagrado somente a realizar valores já criados. Como qualquer despesa deste tipo

diminui a taxa de lucro, porque o capital adiantado cresce-se sem que aumente a mais-valia. (...) O trabalhador comercial não produz directamente mais-valia, mas o preço do seu trabalho é determinado pelo valor da sua força-de-trabalho, ou seja, pelo custo da sua produção. No entanto, o exercício dessa força-de-trabalho como esforço, como dispendio e gasto de energia, tal como para qualquer outro assalariado, não é de modo nenhum limitado pelo valor da sua força-de-trabalho. O seu salário não corresponde pois necessariamente à massa de lucro que ele ajuda o capitalista a realizar. Aquilo que ele custa ao capitalista e o benefício que o capitalista dele extrai são grandezas diferentes. O capitalista extrai dele um benefício, não porque ele crie directamente mais-valia, mas porque contribui para diminuir os custos de realização da mais-valia, executando trabalho em parte não pago. O trabalho da pequena-burguesia dos "serviços" não é fonte de mais-valia. Assim, a posição da pequena-burguesia dos "serviços" no processo de produção impede-a de ter consciência da contradição determinante desse processo de produção, a contradição que opõe o proletariado, produtor da mais-valia, à burguesia, que se apropria dessa mais-valia. Onde a pequena-burguesia dos "serviços" sente fundamentalmente o peso da opressão burguesa é nos impostos, pelos quais é obrigada a subsidiar a máquina de Estado: a plétora de aparelhos administrativos, políticos, repressivos, etc. E, quanto mais esse aparelho se desenvolve, como é o caso com a guerra, mais pesados são os impostos.

Ora, se os quadros superiores dos "serviços" lucram com a guerra de forma visível, pela sua ligação íntima com a grande indústria, que os faz beneficiar directamente do desenvolvimento industrial capitalista permitido pela guerra, os quadros inferiores, pelo contrário, que beneficiam desse desenvolvimento industrial, mas mais atenuada e indirectamente, são obrigados a contribuir, pelos impostos que sucessivamente se agravam, para uma guerra que não lhes traz vantagens imediatas sensíveis. É este, aliás, o principal ponto de discórdia e cisão entre os dois tipos de quadros da camada superior dos "serviços".

Esta situação de classe explica porque é que os quadros inferiores dos "serviços" se podem opôr à guerra iludindo a contradição fundamental que ela encerra — a contradição burguesia/proletariado.

É por isso que, nos seus protestos contra a guerra, os quadros inferiores dos "serviços" a apresentam, ou como pouco rentável para a economia capitalista em geral — foi o caso, por exemplo, da CDE de Lisboa, e é o que acontece com a EDE-MRPP que, num dos seus documentos programáticos, ao escrever sobre as consequências económicas da guerra colonial, limita-se a apontar uma longa série de desvantagens da guerra para o capitalismo, ignorando que ela constitui, em si, um elemento importante do desenvolvimento do capitalismo português e, por isso, da maior exploração do proletariado (Nota 56); uma vez mais a EDE-MRPP adopta uma posição tipicamente pequeno-burguesa, colocando-se no mesmo pé que certos republicanos radicais dos princípios dos anos 60, contra quem a Revolução Popular argumentava correctamente, dizendo: "A guerra, com os fornecimentos de material e de mantimentos para o Exército, com a carestia e

a especulação, está a estimular um novo período de enriquecimento da burguesia, a dar novo estímulo à concentração de capitais, a levar mais longe a utilização do aparelho de Estado pelos grupos burgueses dominantes" (Nota 57). Ou apresentam-na simplesmente como a causa de um agravamento excessivo do custo de vida, pelo aumento dos impostos. Em caso nenhum tomam como fulcro da sua oposição à guerra a contradição burguesia/proletariado.

Isso é visível na ARA e nas "Brigadas Revolucionárias" que pretendem conduzir a luta contra a guerra isoladamente da luta da classe operária contra o capitalismo, como já referimos. Julgam que o elemento motor da guerra é o aparelho militar, e por isso o convertem no alvo exclusivo dos seus ataques. Mas a causa da guerra não são nem os Estados-Maiores nem as armas, esses são os agentes e os portadores das guerras. A origem verdadeira das guerras imperialistas e colonialistas é o modo de produção capitalista, e a única luta eficaz contra a guerra é a luta contra o capitalismo. Por isso, as acções das "Brigadas Revolucionárias" ou da ARA, como de todo o terrorismo isolado das massas, mais do que ineficazes, são prejudiciais. Ineficazes porque não atacam o fulcro da guerra, porque não procuram resolver a sua contradição principal e, por isso, mantêm incólume a origem determinante da guerra colonial. Prejudiciais, porque podem fazer crer que constituem acções efectivas contra a agressão e a rapina coloniais, desviando assim os trabalhadores da verdadeira luta anti-colonial. Um verdadeiro combate contra a guerra colonial, que atinja o inimigo no próprio coração, só pode ter como base a luta do operariado comunista contra o capitalismo. Só com essa base, as sabotagens e atentados, deixando de ser acções isoladas do movimento de massas e pretendendo substituir-se a ela, passarão a ser uma expressão armada da luta proletária. Só a guerra do povo pode derrotar a guerra colonial.

Mas não só a ARA e as "Brigadas Revolucionárias" procuram dirigir a luta contra a guerra independentemente da luta operária anti-capitalista. Esta mesma tendência é visível também em organizações que se integram na corrente unificatória, já analisada.

A EDE-MRPP que, de todas elas, é a que mais espaço ocupa nas suas publicações com os problemas da guerra colonial e maior actividade prática parece desenvolver na oposição à guerra, nunca encara a guerra colonial sob o prisma da contradição fundamental entre o proletariado e a burguesia mas, pelo contrário, procura diluir essa contradição determinante na contradição sub-determinante colonialismo/lutas de libertação. Assim, numa das análises que consagrou à guerra, não só o colonialismo e a luta anti-colonial são analisados independentemente da contradição burguesia/proletariado, como até a posição da classe operária perante a guerra é expressamente equiparada à de certas camadas da pequena-burguesia. "Se há classes que nada têm a lucrar com a guerra" escreve a EDE-MRPP, "se há classes para quem ela representa exclusivamente um agravamento da exploração e da repressão com o fim único de suprir os deficits da acumulação capitalista, essas são a classe operária e certos sectores da pequena-burguesia" (Nota 58). A especificidade da classe proletária no processo de produção capitalista e na luta contra o capitalismo e, daí, na luta contra a

guerra, é inteiramente apagada. E quando a EDE-MRPP descobre uma particularidade na posição do operariado em luta contra a guerra, relativamente às outras classes, não é na contradição chave entre a classe operária e a classe burguesa que a vai encontrar, nem na análise da posição do proletariado no processo de produção e conseqüentemente em toda a vida social, mas sim no facto de ser a classe mais corajosa e audaz na luta contra a guerra (Nota 59). Quando a EDE-MRPP pretende "lançar para a frente" a classe operária no combate anti-colonial, não é porque centre a sua estratégia na luta contra o capitalismo, visto que para ela não é essa a contradição básica da questão colonial, mas porque se quer aproveitar da vontade e da capacidade de luta do operariado e utilizá-lo para carne-de-canhão dos objectivos da pequena-burguesia dos "serviços", tal como a burguesia liberal se aproveitava do proletariado nos tempos áureos da "política de unidade", prestando-lhe, é claro, a "homenagem" de o considerar a classe mais dinâmica da sociedade. É este, a nível da prática política, o resultado de, no campo teórico, se negar à classe operária a hegemonia no processo da luta contra a guerra colonial.

Como só a vanguarda operária pode dirigir a luta contra a guerra numa perspectiva verdadeiramente revolucionária, como só a classe operária pode combater radicalmente o colonialismo porque só ela combate radicalmente o capitalismo, sempre que se apaga ou se dilui o carácter determinante da contradição burguesia/proletariado está-se, de facto, a assumir perante a guerra uma posição reformista, da qual resultam as palavras-de-ordem legalistas e inertes de que a UEC e "O Comunista" nos dão bons (ou antes, maus!) exemplos. Assim, "O Comunista" limita-se à palavra-de-ordem "fim da Guerra Colonial" (Nota 61), que oculta todo o processo por que a guerra colonial pode chegar ao seu fim, ou seja, pela completa vitória dos povos coloniais, ou pela tomada do poder político pela classe operária portuguesa. A palavra-de-ordem de "O Comunista", tal como está formulada, subentende um apelo passivo às "boas intenções" da burguesia para que ela "ponha fim" à guerra. Do mesmo modo a UEC se limita a "condenar" (Nota 61) a guerra colonial, posição passiva e humanitária que, em si, não se distingue do pacifismo russeliano. Nós, os marxistas-leninistas, combatemos a guerra colonial, o que é uma posição radicalmente diferente. Simplesmente questão de palavras, dirão alguns. Mas as palavras têm um sentido, exprimem um pensamento e não é gratuitamente que em questões-chaves se fazem afirmações incorrectas.

A força de se querer negar ao proletariado a hegemonia na condução da luta contra a guerra, há quem caia em posições anedóticas. É o caso da "Unidade Revolucionária" que, em dois documentos dedicados à guerra, chega à brilhante conclusão de que desertar "é apenas uma solução oportunista e individualista" e de que o que há a fazer "é aguentar-se nas fileiras do exército"!! (Nota 62) Tal e qual! Começamos por expôr o raciocínio, se assim se lhe pode chamar, que conduziu estes "revolucionários" a tão "revolucionária" posição. Em primeiro lugar, afirmam que ir fazer a guerra é assassinar os trabalhadores africanos e ser cúmplice dos crimes da burguesia. Muito bem. Em segundo lugar, pensam que o ideal seria haver um movimento de resistência contra a guerra tão forte que os soldados voltassem as armas contra os seus próprios capitães. Continuamos a estar de acor-

do. Em terceiro lugar, dizem que não havendo esse movimento, a única solução "é aguentar-se nas fileiras do exército, organizando-se com os seus camaradas num movimento de resistência..." (Nota 63). E aqui é que bate o ponto. Na realidade, um movimento de resistência no seio do exército não será o resultado de um trabalho exclusiva ou predominantemente conduzido no interior desse próprio exército, mas sim de um trabalho conduzido fundamentalmente na classe operária e, sob a direcção desta, nos sectores do campesinato seus aliados, de onde é extraída a maior parte dos soldados. É precisamente por não poder assumir a posição fulcral do proletariado no processo de luta contra a guerra, que a "Unidade Revolucionária" (partindo de boas intenções, admitimos) pode chegar a posições de um oportunismo extremo. Para nós, marxistas-leninistas, o primeiro passo no nosso trabalho político é a ligação da teoria comunista ao movimento operário através da organização da vanguarda operária. Somente em seguida poderão ser desencadeados movimentos de massas em que o proletariado comunista mantenha a hegemonia. A organização dos soldados em movimentos próprios só poderá resultar desse trabalho de massas conduzido pelos comunistas no seio da classe operária e do campesinato pobre. Até que os soldados possam voltar as armas contra os capitães — e essa é a fase final, é a revolução, é a guerra do povo — a única palavra-de-ordem justa é: deserção. Um militar não faz a guerra colonial, deserta. Se após desertar tom de "fugir para o estrangeiro", o que tanto preocupa a "Unidade Revolucionária", ou se poderá ficar a lutar clandestinamente em Portugal, ou se poderá integrar-se nas fileiras do exército popular, isso dependerá da etapa da revolução, do crescimento do processo revolucionário. Mas não é pretendendo prosseguir uma luta nos quartéis isolada da classe operária, e que leva até ao mais absurdo expoente, ao apelo a "aguentar-se no exército", que a "Unidade Revolucionária" poderá fazer com que o processo revolucionário avance um milímetro que seja. Até agora, o máximo a que chegou foi a afirmar o mesmo que Cunhal (o que nos parece grande proeza para quem se pretende "marxista-leninista"), que também ele lamenta, embora mais veladamente, as deserções: "O trabalho de organização nas forças armadas é particularmente complexo, nas condições actuais, dado (...) o elevadíssimo número de deserções que, constituindo embora um grande e positivo movimento de protesto contra a guerra colonial, afasta das forças armadas uma grande parte dos jovens politicamente mais conscientes" (Nota 64).

Uma das conseqüências mais importantes do escamotear da contradição determinante burguesia/proletariado consiste em afirmar que o socialismo em Portugal emanará directamente da vitória obtida pelos povos coloniais. A EDE-MRPP escreve que "só a liquidação da guerra e a vitória nas colónias dos movimentos populares de libertação permitirá ao proletariado e a todos os explorados esmagar a opressão da burguesia monopolista e do imperialismo" (Nota 65), ignorando assim que a classe operária pode conquistar o poder político em Portugal antes de os movimentos africanos de independência terem libertado todas, ou qualquer uma, das colónias. (Desta tomada do poder político pela classe operária resultaria evidentemente a imediata e completa independência de todas as colónias.) A UEC toma uma posição do mesmo género, declarando: "O de-

senrolar da luta armada dos povos coloniais, dirigida contra o colonialismo português, o suporte básico do capitalismo português, além de conduzir à independência desses povos provocará inevitavelmente em Portugal uma crise geral sem precedentes que permitirá aos trabalhadores portugueses o assalto ao poder político" (Nota 55). O mesmo diz a já nos sa tão conhecida "Unidade Revolucionária": "A perda das colónias só viria a afectar a classe capitalista, na medida em que, sem elas, as contradições do capitalismo português tenderão a agravar-se, precipitando a revolução socialista e a tomada do poder pelo proletariado" (Nota 67). Assim, a conquista do socialismo não seria o resultado da luta da classe operária. Esta errada concepção é uma consequência forçada do escamoteado a contradição determinante burguesia/proletariado e, por sua vez, servirá de argumento para refrear a classe operária no seu combate contra o capitalismo, visto que este se desmoronaria pela perda das colónias, em virtude da luta dos povos coloniais. Mas o mais grave é que a difusão desta concepção, não só contribuiria para manter a passividade política do operariado português, como prepararia o terreno para sérios reveses. Na realidade, nenhum modo de produção desaparece da cena da História por efeito de contradições exteriores. O capitalismo só pode ser vítima do desenvolvimento da sua contradição central, a contradição burguesia/proletariado. A destruição efectiva do regime capitalista português só pode ser obra da classe operária em Portugal. A perda das colónias não significaria o suicídio do capitalismo em Portugal: sob o ponto de vista que nos interessa para esta análise, a vitória dos povos coloniais acarretaria a vinda para a Metrópole de cerca de 400 mil colonos médios e pequenos, desesperados pela sua ruína e ávidos de recompor a fortuna. Como o capitalismo português não tem possibilidade de integrar esta massa, que afluiria súbitamente e, ainda para mais, num período particularmente crítico, os colonos arruinados, que em África se habituaram a usar armas e que sabem bem servir-se delas, dariam origem a um novo surto de fascismo, extremamente perigoso. A classe operária pode, sem dúvida, aproveitar a libertação das colónias para lançar contra a burguesia um grande ataque, e pode fazer este ataque triunfar. Mas isso pressupõe que o proletariado se prepare para ver no período que se suceder à independência das colónias, não uma fase de apatia do capitalismo, mas a fase em que a burguesia querera lançar contra a classe proletária a mais feroz repressão, e terá a base para o fazer.

Por isso, a classe operária deverá reforçar nessa altura a sua resistência e a sua organização mas, para tal, é preciso que: primeiro, se prepare para fazer face ao inevitável acréscimo de repressão que seguirá a independência das colónias, única forma de combater victoriosamente a burguesia. Segundo, e principalmente, veja claramente que a derrota do capitalismo em Portugal e a construção do socialismo só poderão resultar da acção da classe operária em Portugal, e combata resolutamente todas as ideologias demagógicas que têm como único resultado concreto apelarem para a passividade política do operariado.

Este escamoteio da contradição burguesia/proletariado no campo teórico implica também, evidentemente, o escamoteio dessa contradição na condução prática do processo. Os quadros inferiores dos "serviços" querem controlar vastos sectores operários na luta contra a guerra e, para isso, procuram isolá-la da luta do proletariado contra o capitalismo.

Dal que programem a luta contra a guerra colonial em plataformas unitárias, nas quais a classe operária estaria integrada sem que a sua vanguarda esteja organizada num partido revolucionário comunista, ou seja, sem que o operariado pudesse manter a sua hegemonia na luta.

Desde o começo deste artigo que vimos como o oportunismo na ideologia e na prática política dos vários grupos em fusão tinha a sua expressão mais eloquente na forma como se organizavam. Será de esperar, por isso, que no campo em que com mais à-vontade e com maior afã prosseguem a elaboração da sua ideologia demagógica prossigam também com maior êxito as manobras reunificadoras. E é o que acontece. É importante sublinhar que não se trata de um trabalho de unidade revolucionária, como o apresentamos do caminho para a fusão, a nível de topo, de organizações que representam interesses pequeno-burgueses idênticos ou convergentes. A esta luz, não deixa de ser muito esclarecedora a observação da alegre contradança que se tem vindo a fazer com o RPAC (Resistência Popular Anti-Colonial). A aparição pública do RPAC iniciou-se com a edição de um documento, Manifesto Anti-colonial, sem data, mas publicado pelos meados de 1970. Aí se exprime uma posição claramente contrária à guerra colonial, mas não numa perspectiva proletária. Na realidade, esse manifesto articula exemplarmente os dois pontos essenciais da posição pequeno-burguesa contra a guerra: explicitamente a contradição determinante burguesia/proletariado na contradição agressão colonial/movimentos de libertação e não vê que a luta no seio das forças armadas só pode ser expressão e consequência de um trabalho conduzido pelo proletariado comunista no seio da classe operária e do campesinato pobre, ou seja, a consequência do seu programa é, objectivamente, isolar a luta nos quartéis da luta dos trabalhadores, isolar a luta contra a guerra do combate operário contra o capitalismo, posição afinal similar à da "Unidade Revolucionária". Não é de espantar que esta posição pequeno-burguesa fosse do inteiro agrado de outros grupos pequeno-burgueses, e "O Comunista", no seu jornal de Outubro de 1970, publica longos extractos das mais importantes passagens do manifesto do RPAC, considerando-o "muito importante e útil" (Nota 68). Mas foi a organização que melhor soube encabeçar o movimento reunificador, a EDE-MRPP, que tomou o RPAC nos seus braços e, com o triunfalismo e a demagogia habituais, o lançou como se obra sua fosse. Esta nova fase da vida do RPAC inicia-se com o jornal Resistência (n.º 1 em Agosto de 1971), sob a égide da EDE-MRPP, que oculta a existência anterior daquela organização anti-colonial. Por esta maneira pode a EDE-MRPP apresentar como sua a criação desta peça essencial do "forte, impetuoso e triunfante" movimento de subordinação dos interesses do proletariado aos dos quadros dos "serviços", e pode além disso, o que muito lhe interessa, unir a si por laços mais seguros "O Comunista", através do elo comum do RPAC, plataforma pequeno-burguesa por excelência. As astúcias e as sinuosidades com que o movimento reunificador se processa dão a estas organizações um especial pudor, e tal como evitam fazer-se alusões claras, também os mútuos elogios e as comuns alianças aparecem indirectas e veladas. Mas o RPAC não termina aqui a sua carreira de campo privilegiado para as alianças das várias organizações reunificadoras pequeno-burguesas. A organização "A Vanguarda" —

que muito sugestivamente parece ter-se convertido de organização política para actuação na classe operária, que pretendia ser, um grupo de unidade anti-colonial (CPLA, "Comité Português de Luta Anti-Imperialista"), abandonando qualquer ligação entre a luta no seio do exército e a luta anti-capitalista no seio da classe operária — graciosamente reeditou no exterior o jornal do RPAC, tudo isto, é claro, sem se comprometer demasiado nas opiniões que publicamente expressou sobre essa organização, com aquela tibieza que os pequeno-burgueses nunca deixam de mostrar em todas as suas acções políticas. Terreno por excelência da demagogia dos quadros inferiores dos "serviços" no campo ideológico, no campo da actuação política, e no campo organizacional, a luta anti-colonial exige, por isso, aos comunistas portugueses, a mais firme perseverança na linha marxista.

Não há dúvida que a luta contra a guerra é, hoje, um ponto fundamental da acção política dos comunistas portugueses. Mas essa luta contra a guerra, só a poderemos entender não esquecendo que a sua contradição determinante é a que opõe o proletariado à burguesia. É por isso que, para nós, comunistas, é de uma extraordinária importância a demarcação com este sector da pequena-burguesia precisamente no terreno onde ele está a centrar a formulação ideológica mais hábil dos seus interesses de classe.

O CUNHALISMO TENTA ADAPTAR-SE AS NOVAS CIRCUNSTANCIAS POLÍTICAS

Neste processo, qual a posição do cunhalismo?

Referimos atrás como a evolução da economia portuguesa reduziu a importância de classes a que tradicionalmente o partido revisionista subordinava os interesses do proletariado, através da antiga "política de unidade". Além disso, a aliança entre marcelistas e social-democratas privou o partido revisionista de uma tendência política com a qual, até então, se mantivera estreitamente ligado, o que contribuiu para diminuir a importância da velha "política de unidade", acelerando a desagregação do partido de Cunhal. Efectivamente, uma boa parte dos seus quadros, que representavam na realidade a camada superior dos "serviços", abandonaram-no ou, continuando embora a ele ligados, vão ser parte activa nas organizações em que se estrutura a aliança dos marcelistas com a social-democracia "tecnocrática". "Agora, com a autorização da 'SEDES' " escreve o *Avante!*, "... alguns, embora poucos, democratas, incluindo um ou outro que ainda ostenta o honroso título de membro do P.U.P., põe-se a correr de um lado para o outro a injectar o novo elixir da sua 'novíssima linha realista', (...) avancam uns se não seria de entrar mesmo em bloco na 'SEDES'..." (Nota 69). Os membros do partido de Álvaro Cunhal que colaboram activamente na SEDES são, em palavras, censurados pelo *Avante!*, mas o certo é que os dirigentes do partido revisionista não os expulsaram e afirmam explicitamente que eles são "ainda" membros desse partido. Na generalidade dos quadros do partido revisionista que pela sua posição pequeno-burguesa depositam esperanças no alargamento da "liberalização" começa a processar-se uma contradição entre a manutenção do aparelho clandestino, com o seu número de precauções e a vigilância que isso acarreta, e essas esperanças na "liberalização", donde resulta o constante aumento das falhas conspirativas, das prisões e

das denúncias e traições. Tal contradição contribui mais ainda para a degradação do partido revisionista.

Esta multiplicidade de fenómenos provém, pois, de uma causa básica: no facto de na vida política portuguesa já não haver lugar para a velha "política de unidade". E como, ao mesmo tempo que decresce o peso do partido revisionista, aumenta, graças à "liberalização", a actividade dos quadros inferiores dos "serviços", estes vão tentar controlar directamente certos sectores operários, prescindindo do partido revisionista, segundo o processo que atrás analisámos. Para evitar este isolamento, tenta Cunhal converter o seu partido na organização indispensável para que os quadros inferiores dos "serviços" possam manobrar segundo os seus interesses a classe operária. Não é facilmente que o partido revisionista, orgânico e ideologicamente votado à antiga "política de unidade", se adapta à nova política. Os sobressaltos por que passa nessa transformação podem incluir-se em dois tipos:

Por um lado, parte do aparelho do partido tenta expulsar quer Cunhal e os cunhalistas, quer a tendência mais directamente pró-marcelista, e transformar o partido, rapidamente e sem hesitações, no instrumento necessário aos desígnios dos quadros inferiores dos "serviços". Não se pode dizer que até agora tenham tido êxito, e o mais que conseguiram foi serem eles próprios expulsos.

Por outro lado, o cunhalismo tenta uma reconversão ideológica e é este o aspecto mais importante. A reviravolta que Cunhal encetou terá, como um dos efeitos, a celerar a desagregação do partido revisionista. Até aqui, Cunhal constituía o centro entre as diversas tendências revisionistas e fôra por isso o elemento indispensável à unidade pragmática do partido. Mas, ao optar explicitamente pela linha política da tendência representante dos quadros inferiores dos "serviços", Cunhal vai opor-se declaradamente à tendência directamente pró-marcelista. Vendo a impossibilidade a médio prazo de manter a unidade do seu partido, Álvaro Cunhal tenta tornar-se o dirigente da tendência que lhe parece mais forte. É uma reviravolta importante, pois que equivale a uma confissão pelo secretário-geral da inevitabilidade da desagregação do partido. Resultado e expressão dessa crise, a nova linha que Cunhal tenta prosseguir não é um sintoma de vitalidade política mas, pelo contrário, marca a entrada do cunhalismo numa fase ainda mais acentuada de decadência. Por isso, é incapaz de proceder a uma completa reconversão ideológica, e aos novos objectivos que aponta adiciona-se o montão de velharias herdadas da antiga "política de unidade", e das quais, A. Cunhal é incapaz de se separar. Daí as hesitações e a flutuação política que presidem à tentativa de modernização do cunhalismo. Esta operação teve o seu lançamento publicitário no texto "O radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista".

Neste texto, Cunhal distingue claramente a existência de dois sectores da pequena-burguesia, um que resulta de formas económicas pré-capitalistas e outro, os "serviços", produzido pelo modo de produção capitalis-

ta (Nota 70). Mas, em vez de ver que os interesses da cama da superior dos "serviços" são convergentes com os da gran de indústria, como explicámos já, e que portanto o seu ob-jectivo político consiste precisamente no desenvolvimento a celerado da grande indústria capitalista, Cunhal, pelo con-trário, afirma que os "serviços" se tornam, como camadas sociais, cada vez mais hostis ao poder dos monopólios" (No-ta 71). Como o prova? Não prova, nem com tal se preocupa. A firma, pura e simplesmente, com aquela serena e dogmática auto-suficiência que torna os seus escritos uma insuperável mistura de asneira nas afirmações e de categórico no modo de as dizer. E, para os demagogos, o modo de dizer é tudo. Ao afirmar que a pequena-burguesia dos "serviços" em geral cada vez se torna mais hostil à grande indústria capitalis-ta, apresentando como revolucionária uma classe que consti-tui um importante apoio do "marcelismo", Cunhal está a cri-ar as premissas ideológicas para poder centrar a luta em torno dos "serviços".

Ao longo de todo este texto, Cunhal é incapaz de romper inteiramente com a ideologia proveniente da velha "políti-ca de unidade". Daí, a grande oscilação, as contradições e a falta de firmeza nas posições assumidas sobre diversas questões da luta de classes em Portugal e da sua infra-es-trutura económica. Trataremos mais detalhadamente este as-sunto num futuro artigo, em que analisaremos a evolução do cunhalismo na última dezena de anos. Aí terá efectivamente lugar, como o verdadeiro objecto de estudo, a tentativa de reconversão ideológica de Álvaro Cunhal e a função da ARA como instrumento do cunhalismo. Aqui, neste artigo, as no-vas facetas do revisionismo cunhalista e o bombismo peque-no-burguês da ARA aparecem só em alguns dos seus aspectos, pelas suas relações com "a esquerda de Cunhal". É em fun-ção destas que os tratamos aqui, projectando no entanto pa-ra breve, a ser publicado no número sete ou oito deste or nal, o seu estudo sistemático e completo.

Notemos só que essas contradições agravam ainda a dege-nerescência em que a ideologia cunhalista vem caindo, no-meadamente desde 1963 para cá, de tal forma que o livro de Cunhal agora editado marca uma nova etapa na sua degrada-ção ideológica. Não só está repleto de demagogias (Nota 72) como assenta sobre uma demagogia metodológica básica: Cu-nhal parte do princípio de que todas as organizações, gru-pos, tendências, jornais e pessoas "à sua esquerda" consti-tuem uma vasta amálgama, admitindo portanto como inteira-mente provado aquilo que só poderia aparecer como um resul- tado da sua exposição. E, deste modo, ora cita uns ora ou-tros, arbitrariamente, consoante convém ao andamento dos s seus juízos, tomando uma posição específica de uma dada or-ganização como comum a todas as outras, sem ter o cuidado prévio — indispensável — de demonstrar se tal é, ou não, exacto. É claro que é muito fácil "provar" uma coisa, se co-meçamos por admitir precisamente aquilo que queremos pro-var! Esta amálgama revela-se no livro de Cunhal por três formas, cada uma mais caricata do que a outra. Em primeiro lugar, chega a confundir entre si as organizações existen-tes, nomeadamente julgando que "O Comunista" e o CNLP são a mesma organização (Nota 73), e inventa mesmo uma, o "Comi-té marxista-leninista revolucionário" (Nota 74), que nunca existiu a não ser na imaginação delirante do nosso secretá-rio-geral! Em segundo lugar, coloca no mesmo pó as organi-zações políticas e certos jornais, como os "Cadernos de

Circunstância" ou os "Cadernos necessários", que não pre-tendem constituir nenhuma organização. É evidente que, assim, Cunhal é incapaz de fazer um retrato exacto (longe disso...) da realidade. Em terceiro lugar, a fertili-dade das suas invenções vai ao ponto de baralhar com as organizações e as não-organizações indivíduos particula-res e privados que nada têm a ver com isto tudo! É o que acontece quando decide incluir nesta amálgama as opi-niões políticas do historiador da literatura portuguesa António José Saraiva! (Nota 75). Que diria Cunhal se algu-ém, para o atacar, criticasse as posições políticas do defunto Aquilino Ribeiro? Naturalmente espantava-se. Foi assim também um grande espanto, que se converteu em enorme gargalhada, perpassou pelo espírito dos leitores da mais recente obra de Álvaro Cunhal. Mas este cómico tem consequências sérias. É que, no próprio momento em que se definem as grandes tendências "à esquerda de Cu-nhal", é o próprio Cunhal o único que, "à sua esquerda", ainda só vê gatos pardos!

A importância e a novidade política deste texto de Ál-varo Cunhal residem num único ponto. Mas esse ponto é verdadeiramente importante: Cunhal apresenta o partido revisi- onista com um programa que diz ser idêntico, no es-sencial, ao das organizações que ataca (Nota 76). Preten-de deste modo apresentar o seu partido como o melhor exe-cutor dos desígnios dos quadros inferiores dos "serviços". Trata-se, para Cunhal, de ultrapassar as tendências uni-ficatórias e de oferecer aos quadros inferiores dos "ser-viços" o partido revisionista — com a sua já longa e comprovada experiência de submeter à burguesia liberal os interesses da classe operária — como o único aparelho ca-paz, hoje, de subordinar os interesses do proletariado aos da social-democracia dos "serviços". Na sua luta con-tra as tendências unificatórias, Cunhal não pretende dis-tinguir-se delas pelo seu programa político, pelo contrá-rio, de lado a lado os programas cada vez mais se asseme-lharão, porque é essa a regra de uma concorrência desesperada que faz com que duas organizações se distingam a-penas no campo de uma pretensa eficácia ao serviço dos mes- mos objectivos confessos. O cunhalismo e a tendência unificatória querem ambos constituir com exclusividade a organização que utilizará em defesa dos interesses dos baixos quadros dos "serviços" a movimentação da classe o-perária.

Quanto mais se assemelharem maior será a concorrência, porque se encontram ambos no mesmo campo, e da destruição de um depende a sobrevivência do outro. E, como a luta se transferiu do campo político para um conflito meramen-te oportunista entre organizações, a polémica caracteri-zar-se-á por uma demagogia cada vez maior e pelo emprego, de la o a lado, da denúncia como argumento fundamental — o que se verifica já hoje.

É prematuro dizer qual destas duas correntes prevale-cerá. Nos próximos tempos veremos a tendência unificató-ria assimilar certo tipo de dissidentes do partido revi-sionista e as duas tendências glaciar-se-ão durante um longo período, com oscilações e resultados variáveis, en-quanto puder durar a faina de tentar alargar aos quadros inferiores dos "serviços" as vantagens organizacionais da "liberalização".

A actual posição do cunhalismo tem ainda um outro aspecto importante. Se Cunhal só se opõe às tentativas de controle da pequena-burguesia dos "serviços" sobre o movimento operário quando aquela tenta prescindir do aparelho do partido revisionista, então é evidente que nada oporá às acções bombistas com que os quadros inferiores dos "serviços" pretendem pressionar o marcelismo e que, conduzidas separadamente da luta das massas trabalhadoras, não concorrem com o aparelho do partido revisionista no campo organizacional. Na base deste factor "passivo", sub-determinante, com uma importância táctica, reside um aspecto "activo", que é determinante: a filiação ideológica comum do cunhalismo e das outras ideologias pequeno-burguesas. Da articulação destes dois factores resulta que o cunhalismo, outrora tão avesso às "violências" — precisamente quando estas podiam prejudicar os planos da burguesia liberal e romper a sacrosanta "unidade" — é hoje dos primeiros a promover o bombismo isolado das massas, porque ele consiste na forma de violência que serve actualmente os interesses dos quadros inferiores dos "serviços". Cunhal podia apoiar e aplaudir as acções da ARA porque estas, isoladas da luta da classe operária contra o capitalismo, não são um instrumento da revolução socialista. E o Avante! não deixou dúvidas sobre este ponto, ao explicar que, se hoje apoia a ARA, o faz porque esta difere fundamentalmente da velha FAP-CMLP (Nota 77). É que, como vimos no primeiro destes artigos, se a violência que a FAP-CMLP propunha não resultava de um processo conduzido pelo proletariado comunista e não permitia portanto a destruição do aparelho de Estado da burguesia, possuía no entanto características eminentemente revolucionárias: tratava-se de uma tendência efectiva da vanguarda operária em revolta contra a burguesia liberal, o que não acontece nem com a ARA, nem com as suas gêmeas "Brigadas Revolucionárias". Separadas da luta anti-capitalista do operariado, servem directa e exclusivamente os interesses da pequena-burguesia na orla da "liberalização".

Esta peculiaridade da situação portuguesa actual, que une estreitamente o reformismo de Cunhal e o bombismo da ARA, permitirá uma melhor desmistificação de todas as tendências que defendem o bombismo isolado da luta anti-capitalista da classe operária, de todas as correntes que consideram que o puro emprego da violência é suficiente demarcação entre comunistas e revisionistas. E, se nos lembrarmos de que era este o eixo fundamental da ideologia de Campos e da FAP-CMLP, podemos compreender porque é que estamos hoje no momento óptimo para prosseguir a sua crítica radical.

CONCLUSÃO

Tal crítica foi o objectivo desta série de artigos.

Estranharão os nossos dogmáticos de todas as colorações, para quem o marxismo é uma colectânea de princípios e não uma análise científica da realidade social, que tenhamos preferido embrenhar-nos numa visão polémica do panorama político actual e das suas tendências em vez de começarmos por apresentar um formulário completo de A a Z. É que, através da crítica feita, os Comitês Comunistas Revolucionários puderam expressar a sua posição quanto aos problemas cadentes, não dogmáticamente, com "princípios sagrados" ou

colorações intocáveis", mas a partir da análise científica do próprio processo da luta de classes. O socialismo científico é essencialmente polémico. Se, para lho mantermos a "pureza", o encerramos numa virgindade freirática, ele estiola e degenera, transformando-se em revisionismo vulgar, através de um processo dogmático. Enquanto existirem classes, a regra é a luta de classes, e a teoria comunista não escapa a essa regra. O socialismo científico é um produto da luta. Só na luta se desenvolverá, só nela mostrará a exatidão científica das suas análises.

O próprio facto de termos prosseguido esta crítica e de podermos analisar as linhas de força do movimento revolucionário português nos últimos dez anos mostra que os comunistas podem iniciar hoje, no nosso país, um movimento comunista consciente.

Através destes quatro artigos, incessantemente sobressai uma conclusão: a condição para que o proletariado comunista possa manter a sua hegemonia na luta é a organização da vanguarda operária num partido comunista revolucionário, é a unificação de todos os verdadeiros comunistas marxistas-leninistas na vanguarda do proletariado. A organização da vanguarda operária num partido marxista-leninista será a expressão da ligação da teoria socialista com o movimento operário.

Todo o trabalho de massas tem como condição a organização da vanguarda operária. Só o partido da vanguarda operária, assegurando-lhe a sua independência teórica, lhe garante a iniciativa no combate contra o capitalismo e a hegemonia em todo o processo de luta. A função de cada comité é a sua radicação na vanguarda operária. Só uma vez obtida esta radicação, pode um comité apoiar e influenciar acções de massas na unidade fabril ou na zona em que está implantado. Quando um número suficiente de comités estiver implantado na vanguarda operária, com uma suficiente dispersão geográfica, que toque os principais

pontos de concentração operária do país, — e só então — a organização se poderá converter num partido, os Comitês Comunistas Revolucionários se poderão converter no Partido Comunista Revolucionário, com todo o aparelho que isso implica. Portanto, a organização, enquanto organização, só na fase de partido poderá desencadear e conduzir acções de massas, porque só então estará, enquanto organização, radicada na vanguarda operária. É precisamente essa possibilidade de prosseguir acções de massas à escala da organização que marcará o momento da transformação dos Comitês em Partido.

Para que um comité apoie e influencie acções de massas à escala desse comité, é preciso que esteja radicado na vanguarda operária da sua zona. Para que a organização desencadeie e dirija acções de massas à escala da organização, é preciso que, enquanto organização, esteja implantada na vanguarda operária portuguesa.

Para isso, a tarefa de todos os comunistas portugueses é a de lutarem pela união da teoria comunista com o movimento operário, organizando a vanguarda operária em comités comunistas revolucionários.

É esta a condição para que o movimento revolucionário português supere as limitações em que se tem encerrado e caminhe vitorioso na conquista da sociedade sem classes, sem Estado, sem exploração.

É este o verdadeiro trabalho de unificação dos marxistas-leninistas.

Março de 1972

NOTAS

(1) A EDE (Esquerda Democrática Estudantil) foi criada em fins de 1968. O MRPP (Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado) foi criado em Setembro de 1970. Embora aparentemente estas duas organizações se sucedam e queiram, agora, simular uma origem independente, elas próprias confessaram a sua filiação comum. É assim que a EDE se considerou o "destacamento estudantil do movimento reorganizativo do Partido do Proletariado" (ver Defendamos o nosso trabalho do liberalismo e da traição, s.d., pp. 1 e 3). Por isso as consideramos na nossa análise como o que efectivamente são — uma só e a mesma organização.

Que esta confissão de filiação do MRPP na EDE não convenha agora aos seus oportunistas dirigentes, e que queiram por isso fazer esquecer uma publicação "incômoda", é uma razão mais para lha lembrarmos. Há alguns meses, escrevia a EDE-MRPP: "O C.M.L.P. mente afirmando (...) que a EDE é o 'destacamento estudantil do MRPP' e leva essa mentira ao ponto de pôr isso entre aspas, como se tivesse aparecido assim na imprensa do MRPP" (Textos, Janeiro de 1972; ed. no exterior). Efectivamente, a mentira é o método preferido do CMLP, e os dirigentes da EDE-MRPP sem esforço encontrariam muitos exemplos dessa falsidade. Mas como podem oportunistas desmascarar outros, sem ser com oportunismo? A frase referida, que é a mesma que nós citamos, foi escrita com todas as letras, por duas vezes, na publicação indicada. Como poderão os dirigentes da EDE-MRPP negá-lo?! Esta pequena peripécia na vida dos nossos oportunistas esclarece-nos sobre o real conteúdo das siglas que pomposamente apresentam como correspondendo a movimentos fortes e enraizados, a movimentos "triumfantes". Movimentos tão "reais" que é ao sabor das conveniências tácticas dos nossos oportunistas que eles vão assumindo uma ou outra realidade...

(2) Documento nº4, Para uma oposição revolucionária ao poder da burguesia monopolista, Julho de 1969, p. 7; Documento nº8, A EDE e a luta popular em Portugal, Janeiro de 1970, p. 5; Documento nº10, O Centenário de Lenine, s.d.; Documento nº11, A luta leninista em Portugal, s.d., pp. 11-12 e 16; tarjeta 22 de Abril. Mas a formulação mais explícita encontra-se no documento interno A nossa estratégia na reorganização da vanguarda operária, Maio de 1970.

(3) Documento nº 8, A EDE e a luta..., Janeiro de 1970, p.5; sublinhado no original.

(4) id.

(5) Documento interno A nossa estratégia..., Maio de 1970.

(6) Documento nº 11, A luta leninista..., s.d., p. 16; sublinhados nossos.

(7) Mário MURTEIRA, Isilda Branquinho A. de MATOS, Acácio F. CATARINO, Recursos humanos em Portugal (síntese de informação estatística), Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, Lisboa 1969, pp. 52-53.

(8) Nos números 1 e 2-3 deste jornal, considerámos que a aliança entre o "marcelismo" e a social-democracia dos "serviços" se exprimiria forçosamente pela aliança com o partido de Mário Soares (ASP). Foi um erro de análise. Na realidade, Marcelo agiu mais hábilmente, criando ele próprio, ou promovendo a sua criação, um outro partido social-democrata, a SEDES, que agregou boa parte dos elementos da ASP e a maioria dos seus simpatizantes, atraídos pelo facto de o novo partido contar entre os seus fundadores importantes personalidades do aparelho de Estado, oferecendo portanto mais largas perspectivas de acção. Marcelo, por seu turno, pode dialogar com a SEDES numa posição de força maior do que a que teria face aos dirigentes da ASP que, vindos da antiga Oposição, não deixariam de apresentar a sua nova situação política como uma grande vitória pessoal. Em resumo: SEDES e ASP exprimem fundamentalmente os interesses de uma mesma base social, a camada superior dos "serviços", e a criação da SEDES teve como consequência isolar os tradicionais dirigentes social-democratas, nomeadamente Mário Soares. Resta ver, agora, como estes reagirão e quais as consequências que sobre eles terá esta "travessia do deserto" a que Marcelo os obriga.

(9) É comum ouvir os ideólogos da burguesia e deste sector da pequena-burguesia defender que a industrialização favorece materialmente a classe operária. Vejamos o que diz Marx: "Quanto mais o capital acelera o seu crescimento (referimo-nos ao capital destinado à produção, o capital produtivo), mais florescente está a indústria, mais a burguesia se enriquece e melhor vão os negócios; e mais tem o capitalista necessidade de trabalhadores, que tanto mais caro se ven-

dem. O mais rápido acréscimo possível do capital produtivo, eis pois o preço a que não é intolerável a situação do trabalhador". (Trabalho assalariado e capital, ed. Pléiade, vol. I, pp. 215-216; sublinhado no original). Mas "quanto mais o capital produtivo se acresce, mais a divisão do trabalho e o maquinismo aumentam em extensão. E quanto mais se alargam a divisão do trabalho e o maquinismo, mais a concorrência entre os trabalhadores se intensifica e mais os seus salários se comprimem. (...) Quando o capital se acresce rapidamente, a concorrência entre os trabalhadores cresce inconcebivelmente mais depressa; as oportunidades de emprego, os meios de existência da classe trabalhadora, diminuem proporcionalmente mais; e, no entanto, o rápido crescimento do capital é a condição mais favorável ao trabalho assalariado" (id., ed. Pléiade, vol. I, pp. 228-229; sub. no original). Na melhor das hipóteses e, se ao rápido acréscimo do capital produtivo se juntarem certas circunstâncias, o salário do operário pode aumentar. Mas, qual o significado deste aumento? "Um aumento sensível do salário supõe um acréscimo rápido do capital produtivo, o qual provoca um acréscimo igualmente rápido da riqueza, do luxo, das necessidades e dos prazeres sociais. Assim, ainda que os prazeres do trabalhador tenham aumentado, a satisfação social que ocasionam diminui à medida que se acrescentam os prazeres do capitalista, que são inacessíveis ao trabalhador, comparativamente ao desenvolvimento atingido pela sociedade em geral. As nossas necessidades e os nossos prazeres têm a sua origem na sociedade; a medida encontra-se, pois, na sociedade e não nos objectos da sua satisfação. Sendo de origem social, as nossas necessidades são relativas por natureza. (...) Logo se conclui que, se os proventos do trabalhador aumentam com o crescimento rápido do capital, o abismo que se abre entre o operário e o capitalista alarga-se simultaneamente, reforçando assim o poder do capital sobre o trabalho, reforçando os laços que prendem o trabalho ao capital" (id., ed. Pléiade, vol. I, pp. 217 e 220-221). Em resumo: "Eis as consequências do acréscimo das forças produtivas em geral: a) a situação dos operários piora relativamente à dos capitalistas, sendo dado que o valor dos prazeres é relativo. Como todas as relações, os próprios prazeres são de natureza social. b) O operário torna-se uma força produtiva cada vez mais unilateral, que produz o máximo possível no menor tempo possível. O trabalho qualificado transforma-se cada vez mais em simples. c) O salário depende cada vez mais do mercado mundial; a condição dos operários está cada vez mais sujeita ao acaso. d) No capital produtivo, a parte destinada às máquinas e às matérias primas cresce mais rapidamente do que a destinada às subsistências. O aumento do capital produtivo não é, pois, necessariamente acompanhado por um aumento da procura de trabalho" (Salário, ed. Pléiade, vol. II, pp. 152-153).

(10) Durante algum tempo. É claro que, como em toda a sociedade assente na exploração, a estrutura desta tende a esclerizar-se e, assim, a mobilidade social diminui. É esta a razão porque começam a surgir lutas dos novos quadros e dos quadros hierarquicamente inferiores contra os quadros superiores, mais antigos. Conduzidas em nome da "liberalização" — lá como cá — ou sob alusões vegetais, mais formosas, como a Primavera de Praga dubčekiana, estas lutas combatem para os nossos quadros inferiores dos "serviços" o nec plus ultra das suas aspirações. Por isso acorrem presurosos em defesa dos Dubček políticos, dos Soljenitsines escritores, dos Carrillos clandestinos ou, se, prudentes, preferem a caução da "ortodoxia" — porque não? — em apoio à Roménia tão em voga. E os representantes políticos dos quadros inferiores dos "serviços", que permanecem silenciosos, na expectativa, durante o período da revolução cultural chinesa em que o proletariado comunista revolucionário dominava a cena, manifestam-se hoje ruidosos partidários dos quadros governamentais burgueses e dos quadros burgueses do partido que ascendem e procuram instalar-se no poder. Que uns e outros o façam em nome da revolução cultural que traem, não nos devemos iludir. Ai de quem avalia as posições políticas só pelos rótulos que estas a si próprias se põem!

(11) Documento nº 6, Outubro de 1969. Uma formulação quase idêntica no Documento nº 5, Outubro de 1969, p. 1. Ver também o Jornal nº 2, Fevereiro de 1969, p. 4, 2ª col.; p. 6, 1ª col.; Documento nº 4, Para uma oposição revolucionária..., Julho de 1969, pp. 2-3; Documento nº 8, A EDE e a luta..., p. 2, Janeiro de 1970.

(12) Bandeira vermelha nº 1, Dezembro de 1970, p. 13, 2ª col.

(13) Documento nº 4, Para uma oposição revolucionária..., Julho de 1969, p. 3; Documento nº 6, Outubro de 1969.

(14) Documento nº 5, Outubro de 1969, p. 1. Ver também o Documento nº 11, A luta leninista..., s.d., p. 9. Lembremos que o mesmo escreviam "O Comunista" e o CMLP (ver no número anterior deste jornal o 3º artigo desta série).

(15) Documento nº 4, Para uma oposição..., Julho de 1969, p. 5. Ver também o Documento nº 8, A EDE e a luta..., Janeiro de 1970, pp. 2-3.

(16) Jornal nº 2, Fevereiro de 1969, p. 4, 2ª col.; sublinhado no original.

(17) Sobre a actividade eleitoralista da EDE-MRPP, ver nomeadamente o Jornal nº 2, Fevereiro de 1969, p. 1, 1ª col.; p. 3; Documento nº 4, Para uma oposição..., Julho de 1969, pp. 1, 6 e 7; Documento nº 5, Outubro de 1969, p. 2; Documento nº 6, Outubro de 1969; Documento nº 7, Balanço das eleições e perspectivas de luta, Dezembro de 1969, em especial a comparação do ponto 3 da p. 1 com o ponto 5 da p. 2 e, em geral, as pp. 1-3. No primeiro destes pontos, afirma que entre a CDE e a CEUD não havia quaisquer desacordos fundamentais. No segundo, afirma que o trabalho de "pressão" sobre a CDE teve como única consequência dar-lhe um radicalismo verbal e aumentar-lhe a base de apoio. Ou seja, é levada a confessar implicitamente que tudo o que conseguiu o trabalho eleitoralista destes "revolucionários" foi alar-

se de apoio de candidaturas realistas em lhes conseguir alterar a linha política. Quere-se melhor resumo destes êxitos obtidos por todos os que seguiram os conselhos e as directivas da EDE para as eleições, e que num m da órbita política dos candidatos social-democratas?

- (18) Documento nº 3, Perspectivas da luta operária em Portugal, Abril de 1971, p.8; sublinhado no original.
- (19) Documento nº 1, p. 6; em geral, o Documento nº 3, Perspectivas..., Abril de 1971, nomeadamente as pp. 4-5.
- (20) Documento nº 1, s.d., p. 6. Ver também Documento nº 3, Perspectivas..., Abril de 1971, p. 10.
- (21) Documento nº 1, s.d., p. 5; sublinhado nosso.
- (22) O Bolchevista nº 3, Março-Abril de 1971, p. 10
- (23) id., id.,
- (24) O Bolchevista nº 2, Outubro-Novembro de 1970, pp. 2, 14-15
- (25) O Bolchevista nº 5, Julho-Agosto de 1971, p. 18
- (26) Ver Que fazer se fracassarem os nossos esforços para uma unificação da corrente comunista? Novembro de 1971, p. 2.
- (27) Ver O Bolchevista nº 4, Maio-Junho de 1971 e id., nº 5, Julho-Agosto de 1971
- (28) Ver Servir o Povo nº 4, s.d., "Resposta à manobra provocatória da EDE".
- (29) Sobre uma manobra de diversão (o "M.R.P.P."), Março de 1971
- (30) id., nomeadamente as pp. 4-5
- (31) id., pp. 1 e 2; sublinhados nossos.
- (32) Ver Guerra do povo à guerra colonial imperialista, Outubro de 1971, pp. 4-8.
- (33) Em frente para a reorganização do partido, Maio de 1970, pp. 21-22
- (34) Estrela Vermelha nº 2, Março de 1969, pp. 22-23.
- (35) Sobre a invenção do "partido", ver a Unidade popular nº 10, Agosto de 1971. A descrição da decoração, que vem dar ao acto a devida solenidade, é tirada do id., p. 1, 1ª col. Nesta 4ª parte dos nossos artigos, limitamo-nos a referir o CMLP sob o ponto de vista do processo unificador; a crítica específica ao CMLP após a II conferência foi feita no artigo anterior. As publicações entretanto saídas só vêm confirmar o que dissemos, nomeadamente sobre o completo isolamento em que consideram o partido relativamente à luta de classes. É assim que se pode ler que "com o afastamento da direcção do Partido, em 1955, por motivo de doença, do camarada José Gregório, o oportunismo revela-se de novo e toma conta da direcção do Partido" (id., p. 2, 1ª col.) e que "bastou que José Gregório se afastasse por doença em 1955 para que o oportunismo se revelasse de novo" (Estrela Vermelha nº 8, Março de 1971, p. 7, 1ª col.). E, numa escala mais grandiosa: "Com a morte do grande Stáline (...), e porque os seus continuadores não souberam usar da vigilância revolucionária de que ele sempre deu exemplo, as forças da reacção puderam levantar a cabeça, respirar fundo e tomar de assalto..." (Unidade popular nº 10, p. 2, cols. 1ª-2ª). É assim vai o comunismo, sujeito aos azares da doença ou da morte de dirigentes sobrenaturais. Bem faria o CMLP se se convertesse num órgão de propaganda médica. Para mais não lhe dá o materialismo!
- (36) Aos comunistas portugueses!, Novembro de 1971
- (37) O Comunista nº 7, Outubro de 1970, artigo "Militantismo revolucionário". Ver também id., nº 6, Maio de 1970, pp. 6-7.
- (38) O Comunista nº 11, Novembro de 1971, p. 6
- (39) Francisco Martino Rodrigues "Campos" foi membro efectivo do comité central do PCP e membro da comissão executiva do comité central. Em fins de 1963, abandonou o partido revisionista, juntamente com outros militantes, para fundar em 1964 a FAP-CMLP, da qual foi o principal dirigente. Preso em 30 de Janeiro de 1966, traíu nos interrogatórios, sob

textura, em virtude do que foi públicamente expulso da organização, como consta de diversas publicações do CMLP nessa época.

(40) Revolução popular nº 7, Agosto de 1966, pp. 2, 52.

(41) Revolução popular nº 5 - Suplemento, Outubro de 1965, pp. 11-12. Ver a reedição em curso deste documento pelos CCR, na colecção "Manuais do militante revolucionário".

(42) Efectivamente, "A Vanguarda" foi muito clara sobre esta questão: "...Campos, que depois renegou tudo o que de fendeu ao falar na polícia..." (Vanguarda nº 1, Dezembro de 1969, p. 5).

(43) Ver O Comunista nº 6, Maio de 1970, p. 6, 1ª e 3ª cols.

(44) Em Só o trabalho comunista pode reconduzir à formação do partido, 1968, p. 8, oculta-se a traição de Campos; ver uma formulação exactamente idêntica em Estrela vermelha nº 1, Janeiro de 1969, p. 21. Em Na vanguarda do oportunismo e da tropicalidade, Abril de 1969, pp. 14-15, refere-se a traição de Campos para menosprezar a sua importância. Em Encore une farsa du fascisme Salazar-Caetano, Fevereiro de 1970, ed. "Socorro Vermelho Português", organização animada pelo CMLP, não só nada é dito sobre a traição de Campos, como se pretende fazer crer que essa traição não teve lugar (nomeadamente a p. 3). Ao editar a defesa de Campos no julgamento, também não toma uma posição sobre as suas denúncias: Ver Francisco Martins Rodrigues, Defesa no tribunal plenário, Maio de 1970, ed. "Socorro Vermelho Português".

(45) Senão, não dizia, na sua defesa no tribunal: "...nem procuro diminuir perante os meus camaradas a gravidade das declarações que prestei. Como comunista, estava obrigado a não fazer quaisquer declarações aos inimigos da classe operária, fossem quais fossem as torturas empregadas, a exemplo do meu camarada João Pulido Valente. Foi preciso passar por esta experiência para verificar que ainda não tinha verdadeira ténpera de comunista. Mas, se a PIDE esperava aniquilar-me política e moralmente, enganou-se: tanto os meus camaradas como os meus inimigos podem estar certos de que me esforçarei por merecer o título de militante comunista". Ora, militante comunista só o é quem milita numa organização comunista e, dadas as altas responsabilidades de Campos, as suas declarações à polícia impedem a sua reintegração.

(46) Ver Militantes revolucionários perante o tribunal fascista, ed. "Comité contra a repressão em Portugal", Bruxelas 1970, p. 48.

(47) id., p. 3

(48) Hoje, Tito de Moraes é um dirigente da ASP, o partido de Mário Soares.

(49) Informações acerca de uma operação de desagregação e provocação política, Novembro de 1970, p. 3, 2ª col.; p. 2, 1ª col. Ver também Avante!, Dezembro de 1970, p. 5.

(50) Textos "Voz da liberdade" nº 1, Nova série, Setembro de 1970, pp. 21-22.

(51) id., p. 13. Formulação semelhante em Frente, Janeiro de 1972, p. 8

(52) Em algumas passagens do nº 1 de Viva o Comunismo! subestimámos as dificuldades com que se debate a indústria capitalista portuguesa no seu crescimento, e que a impedem de considerar como viável uma solução neo-capitalista. Este erro é já corrigido em Viva o Comunismo! nº 2-3, no artigo "Contra a guerra colonial, a guerra do povo!". No entanto, o neo-colonialismo aparece sempre à grande indústria e aos "tecnocratas" como um ideal a longo prazo, pelo que continua a figurar na demagogia dos seus discursos e nos sonhos das suas utopias (ver, por exemplo, a nota 6 do artigo citado), mas também na sua actividade política prática. É assim que, por exemplo, uma figura grada no partido de Mário Soares (ASP) em Paris tem periodicamente encontros com o político pró-americano James Pinto Bull (irmão do deputado), uma espécie de Tschombé da Guiné-Bissau, em que planificam qual o melhor modo de aí estabelecer um regime neo-colonialista, que desse ao traidor Pinto Bull a ficção do poder político e aos monopólios portugueses a realidade do poder económico. Sobre a política de guerra marcelista e o papel nela desempenhado pela social-democracia ver em Viva o Comunismo! nº 4 o artigo "A invasão da República da Guiné e o colonialismo marcelista"

(53) Karl MARX, Salário, preço e lucro, ed. Pléiade, vol. I, p. 513. "O processo de produção capitalista não é somente produção de mercadorias. É um processo que absorve trabalho não pago e transforma os instrumentos de produção em meios para absorver trabalho não pago", MARX, ed. Pléiade, vol. II, p. 393.

(54) Karl MARX, ed. Pléiade, vol. II, p. 389.

(55) Karl MARX, O Capital, livro terceiro, 4ª secção, capítulo XVII, ed. Sociales, vol. VI, pp. 308 e 309; na ed.

- (56) A situação actual e as tarefas táticas do nosso movimento, Janeiro de 1971, pp. 3-4.
- (57) Revolução popular nº 5, Julho de 1965, p. 3
- (58) A luta leninista..., s.d., p. 18
- (59) Ver, nomeadamente, Guerra do povo à guerra colonial imperialista, Outubro de 1971, em especial as pp. 12 e 14-15.
- (60) O Comunista nº 3, Julho de 1969, p. 2, 1ª col.; p. 4, 2ª col.
- (61) Servir o povo nº 3, Abril de 1970, p. 4.
- (62) A guerra colonial, Fevereiro de 1971, p. 2. As palavras-de-ordem deste texto são de tal modo inverosímeis que muita gente o tomou, durante algum tempo, por provocatório. Na Folha comunista nº 2, Julho de 1971, a "Unidade Revolucionária" reafirma, sem quaisquer modificações, as suas palavras-de-ordem contra a deserção.
- (63) id.
- (64) Comunicado do comité central do partido revisionista no Avante! de Julho de 1970, p. 8. Perguntamos: e para quê é que os jovens são conscientes politicamente? Para ficarem nas forças armadas, à espera do "levantamento nacional", e irem entretanto assassinando os povos africanos?
- (65) Luta popular nº 2, Março de 1971, p. 9, 2ª col.
- (66) Servir o povo nº 3, Abril de 1970, p. 3; sublinhado nosso.
- (67) A guerra colonial, Fevereiro de 1971, p. 2.
- (68) O Comunista nº 7, Outubro de 1970, pp. 16-18. id. nº 8, Dezembro de 1970, p. 8, considera a criação do RPAC como tendo trazido "perspectivas novas".
- (69) Avante!, Dezembro de 1970, p. 2, 2ª-3ª cols.; sublinhado nosso.
- (70) Álvaro CUNHAL, O radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista 2ª ed., 1971, p. 7.
- (71) id., id.
- (72) Um dos muitos exemplos que podíamos citar: em 16 de Outubro de 1969, em plena euforia legalista, dizia Cunhal que "não é de excluir (embora nas condições presentes não pareça o mais provável) que (...) venha a ser possível a vitória eleitoral da Oposição em tal ou tal distrito". (Sobre isto, ver a nossa crítica em Viva o Comunismo! nº 1). Pois bem, agora Cunhal acusa um certo jornal (Cadernos Necessários), que também admitiria a possibilidade de uma vitória da Oposição, de alimentar "ilusões maiores que os mais ferrenhos eleitoralistas" (O radicalismo..., p. 91). De te fabula narratur!
- (73) O radicalismo..., pp. 20, 80, 92, 101 e 130
- (74) id., p. 106
- (75) id., pp. 47, 54, 66, 83, 88, 99, 103 e 104
- (76) Ver os capítulos 2º e 3º em geral e, nomeadamente, a p. 64, em que escreve: "Gritam que a bebida oferecida pelo PCP está envenenada. E que fazem? Tiram a rólha, deitam fora uma boa parte do vinho, enchem o que falta com água chilar, põem um rótulo flamante (Socialismo-EDE; Socialismo-CMLP) e afirmam que ali está uma produção sua, original, pura e salutar. Assim, em questões de política e de revolução, se usam as traquibérnias dos mais vulgares candongueiros".
- (77) Avante!, Novembro de 1970, p. 1, 2ª col.

NOTA FINAL

Ao longo destes quatro artigos, tentámos fazer uma história crítica da "esquerda de Cunhal" de 1964 até 1972, deixando radicalmente de lado a cronologia das várias peripécias em que abundou o movimento e propondo-nos unicamente como objectivo a análise das estruturas ideológicas que ele produziu no seu desenvolvimento e da ligação dessas ideologias com as várias formas de organização e com os vários projectos de actuação prática. Poderá, por isso, parecer a certos leitores que esta série de artigos apresenta duas lacunas graves: em primeiro lugar, porque não falámos dos Cadernos de Circunstância e de outras publicações do mesmo tipo? Depois, porque ignorámos a criação do MAR (Movimento de Acção Revolucionária) e, após a sua breve existência, das publicações que continuaram a sua ideologia: os Cadernos Socialistas e, hoje, a Polémica, do GRS (Grupo Revolução Socialista)? Mas cremos ter razão ao proceder assim.

Por um lado, os Cadernos de Circunstância, tal como os Cadernos Necessários, a Perspectiva ou, a um nível mais modesto (editorialmente, entenda-se) o texto Ousar lutar, ousar vencer, não constituem jornais de organizações, mas publicações que não pretendem constituir nenhuma organização. Têm, é claro, um ponto em comum com o trabalho político organizacional, o de ambos terem a política como assunto exclusivo. Aí, o ponto em que interferem. Mas o que haveria então que estudar seria a interferência mútua de jornais políticos — e não só os que indicámos, mas também a Seara Nova, O Tempo e o Modo, alguns outros que nem duraram meia-dúzia de números, o trabalho de análise política em certos jornais de província, nomeadamente em suplementos culturais ou literários, etc. — e de organizações políticas, ou seja, a interferência entre dois níveis a que o trabalho político se pode processar. Os nossos artigos restringiram-se ao nível que, pelo menos no período considerado, foi o determinante. É claro poderemos vir a analisar o outro nível, mas não nos parece que isso seja essencial à fixação da nossa linha política, pelo menos a curto prazo.

Por outro lado, não nos parece que o MAR, ou os seus continuadores ideológicos, se situem "à esquerda" de Cunhal, assumindo mesmo em muitas questões posições mais reformistas do que as da direcção oficial do partido revisionista. À primeira vista, parece-nos que o MAR e os seus sucessores representariam a formação no meio intelectual de uma ideologia que, tendo com o cunhalismo uma origem comum, assumiu no entanto uma forma diferente do populismo de Cunhal, pelo seu completo isolamento em relação à classe operária ou a quaisquer outras camadas populares. De qualquer forma, não é "à esquerda de Cunhal", mas como um reflexo a outro nível de uma posição política idêntica, que nós deveremos ver o MAR-Cadernos Socialistas-Polémica.

Pensamos ter respondido, assim, a duas objecções que sem dúvida muitos leitores haviam de formular.

Dir do Club F Chatlet
7ter R. Clausel Paris
Imp Spécial R. de
la Tourelle Paris 12